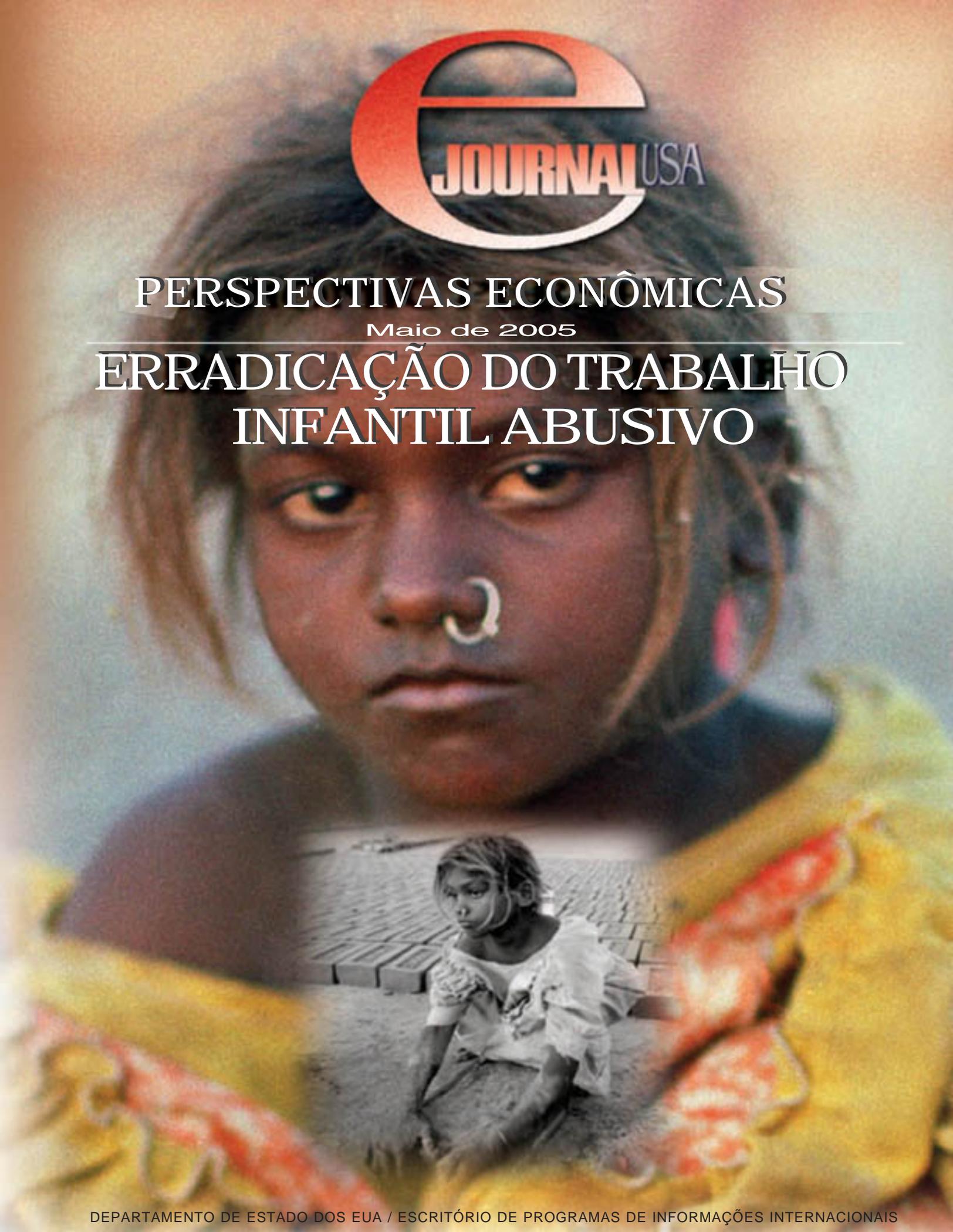




PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Maio de 2005

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO
INFANTIL ABUSIVO





PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Editor.....Jonathan Schaffer
Editora-gerente.....Kathryn McConnel
Editores colaboradores.....Berta Gomez
.....Kathleen Hug
.....Martin Manning
.....Bruce Odessey
.....Andrzej Zwanecki
Editor de ilustrações.....Barry Fitzgerald
Ilustração da capa.....Thaddeus Miksinski

Editora-chefe.....Judith S. Siegel
Editor executivo.....Guy E. Olson
Gerente de produção.....Christian Larson
Assistentes de gerente de produção.....Sylvia Scott
.....Chloe Ellis
Revisora de português.....Marília Araújo

Conselho editorial.....Alexander C. Feldman
.....Kathleen R. Davis
.....Marguerite P. England
.....Francis B. Ward

O Escritório de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica cinco revistas eletrônicas com o logo eJournal USA – *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda de Política Externa* e *Sociedade e Valores* –, que analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições do país. Cada revista é catalogada por volume (o número de anos em circulação) e por número (o número de edições publicadas durante o ano).

A cada mês sai uma revista nova, que no prazo de duas a quatro semanas é seguida de versões em francês, português, russo e espanhol. Algumas também são traduzidas para o árabe e o chinês.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais. Nesse caso, é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Escritório de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos, bem como uma relação das próximas revistas, em <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. Comentários sobre a revista *Perspectivas Econômicas* são bem-vindos na embaixada dos Estados Unidos no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, eJournal USA: Economic Perspectives
IIP/T/ES
U.S. Department of State
301 4th St. S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ajecon@state.gov

SOBRE ESTA EDIÇÃO

A construção de um mundo seguro e saudável para nossas crianças é uma das tarefas mais importantes que existem. Entretanto, milhões de crianças em todo o mundo continuam sendo vítimas de males como pobreza, doenças, conflitos armados e exploração em trabalho forçado.

A criança de nossa capa, fotografada pelo escritor, diretor e operador de câmera Robin Romano, está amassando barro para tijolos em Bengala Ocidental, Índia. Em documentário especial intitulado *Infâncias Roubadas*, Romano retrata o trabalho infantil em oito países e informa sobre programas destinados a retirar crianças do trabalho. "Fornos de olaria e pedreiras de cascalho são comuns em Bengala Ocidental, em Orissa e nos Estados vizinhos da Índia", diz Romano na galeria de fotos do site www.stolenchildhoods.org. "As crianças que aqui trabalham são exploradas de 12 a 16 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano. O mundo delas resume-se em buracos de lama, campos de secagem, fornos, montes de pedra e britadeiras. À noite, elas dormem ao relento ou em abrigos improvisados totalmente desprovidos de condições sanitárias. Aqui não há escolas; e, para muitas, não há nem mesmo família. Mais de um terço das crianças que trabalham nesses fornos e um quarto das que trabalham em pedreiras foram enviadas para cá de outras áreas. Seus pais foram forçados a vendê-las como escravas ou então dependem dos míseros salários que elas podem fornecer."

Examinamos neste mês algumas das notáveis iniciativas em andamento para combater o trabalho infantil abusivo. Os editores da revista *Perspectivas Econômicas* agradecem à secretária do Trabalho dos EUA, Elaine L. Chao, à equipe do *Programa Internacional contra o Trabalho Infantil*, do Departamento, e à Organização Internacional do Trabalho (OIT) pela orientação e pelo tempo dedicado a nos ajudar a produzir esta publicação. Também somos gratos aos numerosos grupos que contribuíram conosco e forneceram idéias sobre essa questão, que exige o comprometimento de ampla coalizão empenhada em resgatar as crianças de

ambientes psicologicamente danosos e perigosos à sua integridade física.

Na introdução, a secretária Chao observa que, em 12 de junho de 2005, os países ao redor do mundo vão comemorar o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil para ratificar os compromissos assumidos por governos, organizações não-governamentais e indústrias em torno da erradicação das piores formas dessa prática. Neste ano, será dada ênfase especial à eliminação do trabalho infantil no setor de mineração. Projetos piloto desenvolvidos pela Organização Internacional do Comércio (OIT) têm mostrado como eliminar o trabalho infantil nas comunidades de trabalhadores de minas e pedreiras. Tais projetos ajudam essas comunidades a conquistar direitos legais, organizar cooperativas ou outras unidades produtivas, melhorar as condições de saúde, segurança e produtividade dos trabalhadores adultos e garantir serviços essenciais como escolas, água limpa e sistemas de saneamento.

Esperamos que esta Edição de *Perspectivas Econômicas*, publicada pelo Departamento de Estado, ajude nosso público interativo e nossos leitores de mídia impressa a entender com mais profundidade o sofrimento enfrentado pela menina da capa e os numerosos esforços em andamento para auxiliar a ela e aos milhares de crianças em situação semelhante em todo o mundo.

Os editores



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / MAIO DE 2005 / VOLUME 10 / NÚMERO 2
<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL ABUSIVO

4 Introdução

ELAINE L. CHAO, SECRETÁRIA DO TRABALHO DOS EUA

5 Fim do Trabalho Infantil: Uma Prioridade Global

STEVEN J. LAW, SUBSECRETÁRIO DO DEPARTAMENTO DO TRABALHO DOS EUA

Centenas de milhões de infâncias são desperdiçadas em trabalhos de pouco valor econômico, que mantêm crianças em nível de subsistência e lhes entorpecem a mente, além de minar a criatividade e o potencial de aprendizagem de comunidades inteiras de futuros trabalhadores.

Boxes: Verbas para a Iniciativa Educacional; Iniciativa Educacional da Winrock Internacional no Peru; e Trabalho infantil na indústria da pesca das Filipinas

10 Eliminação do Trabalho Infantil: Causa Moral e Desafio ao Desenvolvimento

JUAN SOMAVIA, DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Negação e indiferença deram lugar nos últimos anos a reconhecimento, indignação e disposição para tentar resolver o problema com eficiência.

Box: Uma carga pesada demais: crianças em minas e pedreiras.

14 Erradicação do Tráfico Internacional de Crianças

JOHN R. MILLER, ASSESSOR SÊNIOR DA SECRETÁRIA DE ESTADO E DIRETOR DO ESCRITÓRIO DE MONITORAMENTO E COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO

Os países precisam intensificar a aplicação da lei para resgatar crianças escravizadas e deter traficantes.

Box: Sanções contra os traficantes de seres humanos

17 Iniciativas do Legislativo dos EUA para Erradicar o Trabalho Infantil Abusivo

TOM HARKIN, SENADOR AMERICANO POR IOWA

O Congresso dos EUA adotou medidas para penalizar os países envolvidos nas piores formas de trabalho infantil e para reabilitar as crianças que são vítimas dessas práticas.

Box: Combate ao trabalho infantil em plantações de cacau

21 Entendendo o Trabalho Infantil: Padrões, Tipos e Causas

ERIC V. EDMONDS, PROFESSOR ASSISTENTE DE ECONOMIA NA FACULDADE DE DARTMOUTH

Uma política eficaz para acabar com o trabalho infantil só pode ser elaborada no contexto da estratégia global de desenvolvimento de um país.

Box: Crianças e conflitos armados: principais fatos e questões

ESTUDOS DE CASO

27 Trabalho Infantil no Brasil: Compromisso do Governo

PATRICK DEL VECCHIO, ENCARREGADO DE
ASSUNTOS TRABALHISTAS DO DEPARTAMENTO DE
ESTADO EM SÃO PAULO

Com a ajuda de muitos parceiros, o governo do Brasil tem várias iniciativas em andamento para erradicar o trabalho infantil no país.

29 Kids in Need: Uma Solução Não-Governamental

CHRISTOPHER WAKIRAZA, DIRETOR DA KIDS IN
NEED

O programa da Kids in Need de Uganda oferece às crianças de rua abrigo, aconselhamento, educação e assistência médica, além de suprir suas necessidades básicas.

32 Erradicação do Trabalho Infantil: Uma Abordagem Empresarial

ANDRE GORGEMANS, SECRETÁRIO-GERAL DA
FEDERAÇÃO MUNDIAL DA INDÚSTRIA DE ARTIGOS
DESPORTIVOS

Ajudar a erradicar o trabalho infantil em âmbito internacional não é um problema exclusivo dos governos. As empresas precisam também assumir um papel ativo.

LEITURAS ADICIONAIS

35 Bibliografia

36 Sites na Internet

INTRODUÇÃO



Em 12 de junho comemora-se a quarta edição do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Esse dia especial foi escolhido para aumentar a conscientização sobre os milhões de crianças de todo o mundo forçadas a ir para o trabalho em vez de freqüentar escola. Esse dia também traz esperança ao destacar os numerosos programas e políticas existentes para pôr fim às piores formas de trabalho infantil e mandar milhões de trabalhadores infantis de volta para a sala de aula.

Como disse o presidente George W. Bush, “todos os pais e mães em todas as sociedades desejam que seus filhos tenham educação, liberdade e uma vida sem violência e miséria”. Mas no mundo todo há um número excessivo de crianças envolvidas em trabalho que lhes rouba a infância e prejudica seu desenvolvimento físico e mental. Isso é verdade especialmente com relação a crianças que são obrigadas a participar de conflitos armados ou sofrem exploração sexual comercial.

O Dia Mundial contra o Trabalho Infantil deste ano enfocará um problema que ainda não recebe atenção suficiente: os cerca de um milhão de crianças que trabalham em pequenas minerações e pedreiras em todo o mundo. Essas crianças enfrentam exploração cruel, trabalhando muitas horas no subsolo, expostas a partículas nocivas do ar e a toxinas perigosas. Alguns jovens são forçados a manejar explosivos, tarefa perigosa e assustadora que requer treinamento por especialista e excelente habilidade até dos adultos, quanto mais de crianças.

Esta publicação analisa diversas questões que vão das causas do trabalho infantil às medidas adotadas pelos governos para deter o tráfico de crianças. Destaca as estratégias inovadoras empregadas por países latino-americanos, africanos e asiáticos para oferecer melhores perspectivas a suas crianças. Não podemos devolver a essas crianças o que lhes foi tirado. Entretanto, podemos trabalhar juntos para ajudar a resgatá-las e criar ambientes em que as famílias possam prosperar sem pôr em risco os membros mais jovens e mais vulneráveis da sociedade.

Elaine Chao

Secretária do Trabalho dos EUA

FIM DO TRABALHO INFANTIL: Uma Prioridade Global

Steven J. Law

Milhões de crianças em todo o mundo estão presas a trabalhos de pouco valor econômico, que as mantêm em nível de subsistência e lhes entorpecem a mente, além de minar a criatividade e o potencial de aprendizagem de comunidades inteiras de futuros trabalhadores. Embora um objetivo imediato seja o de afastar as crianças das piores formas de trabalho infantil, são necessárias outras intervenções que garantam às famílias alternativas de apoio sustentáveis e significativas o suficiente para evitar que as crianças voltem a situações de trabalho perigosas e abusivas.

Os Estados Unidos têm exercido posição de liderança no esforço internacional para combater o trabalho infantil abusivo e promover a educação de ex-trabalhadores infantis. O país é o maior doador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho. Desde 1995, os Estados Unidos forneceram aproximadamente US\$ 255 milhões para projetos de assistência técnica. A capacitação é essencial para a sustentabilidade de longo prazo dos projetos de trabalho infantil. Com o aperfeiçoamento das capacidades dos líderes e instituições locais e nacionais, os esforços nacionais para combater o trabalho infantil terão maiores chances de sucesso.

Steven J. Law é subsecretário do Departamento do Trabalho dos EUA.

Tom Friedman, colunista do *New York Times*, escreveu um livro obrigatório intitulado *The World is Flat*, no qual desenvolve o conceito de que as alterações tecnológicas, as cadeias de fornecimento globais e a “terceirização” do trabalho tornaram o mundo moderno “plano”. Isso não apenas reduziu drasticamente o custo de muitos bens e serviços, mas também privilegiou o investimento na força de trabalho, assegurando a educação e o treinamento necessários para que as pessoas possam competir em uma economia global cada vez mais sofisticada.

É trágico que existam atualmente mais de 200 milhões de crianças sem esperança de usufruir os benefícios de uma economia mundial dinâmica por estarem condenadas à subcultura degradante e sem perspectivas do trabalho infantil. Muitas dessas crianças, na faixa etária de 5 a 14 anos, trabalham em condições abusivas como, por exemplo, quando se tornam vítimas de seqüestro por bandos armados

para atuarem como soldados ou do tráfico de exploração sexual comercial ou ainda quando são expostas a doenças e riscos extremos no local de trabalho. Centenas de milhões de vidas infantis são desperdiçadas em trabalhos de valor econômico mínimo, que as mantêm em nível de subsistência e entorpecem a mente, além de sugar a criatividade e o potencial de aprendizagem de comunidades inteiras de futuros trabalhadores.

PAPEL DO GOVERNO DOS EUA

Os esforços para combater o trabalho infantil ganharam ímpeto em 1999 com a adoção da Convenção 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A convenção identifica as piores formas desse tipo de trabalho, incluindo trabalho escravo, tráfico de drogas, prostituição e qualquer outra ocupação que represente sérias ameaças à saúde, à segurança e ao bem-estar das crianças. Também exige dos governos



Pavel Rahman, AP/WWP

Crianças de Bangladesh aquecem e misturam borracha em um barril de uma fábrica de balões em Kamrangir Char, Bangladesh

que a ratificarem a tomada de medidas imediatas e eficazes para eliminar essas formas de trabalho infantil em seus países. O governo dos EUA exerceu papel ativo na aprovação dessa convenção, que em março de 2005 contava com o apoio de 153 países, o que significa a mais rápida ratificação de uma convenção nos 82 anos de história da OIT.

Mesmo antes da aprovação da Convenção 182, os Estados Unidos haviam dado passos importantes para a erradicação do trabalho infantil. O Programa Internacional contra o Trabalho Infantil (ICLP) do Departamento do Trabalho dos EUA (USDOL) foi criado em 1993 para estudar e apresentar relatórios sobre a situação em todo o mundo, o que só fez aumentar com o correr dos anos o conhecimento do ICLP sobre o assunto e também o seu leque de atividades. As pesquisas e os relatórios sobre o trabalho infantil internacional, como forma de apoio à política externa, à política comercial e aos esforços de desenvolvimento dos EUA, continuam sendo as principais funções do ICLP. O aumento da conscientização nos Estados Unidos sobre o trabalho infantil global tornou-se parte importante do programa. Por exemplo, em maio de 2003 a secretária do Trabalho dos EUA, Elaine L. Chao, recebeu representantes da comunidade mundial em “Crianças no Fogo Cruzado: Prevenção e Reintegração das Crianças-Soldados”, conferência que destacou o escândalo das crianças-soldados nos conflitos armados.

Talvez os resultados mais expressivos tenham sido alcançados por meio dos Projetos Internacionais de Assistência Técnica do USDOL. Desde 1995, o ICLP concedeu mais de US\$ 400 milhões para projetos de assistência técnica em cerca de 70 países para salvar e recuperar crianças das piores formas de trabalho infantil e dar a elas oportunidades educacionais apropriadas.

INTERVENÇÕES EFICAZES NECESSÁRIAS

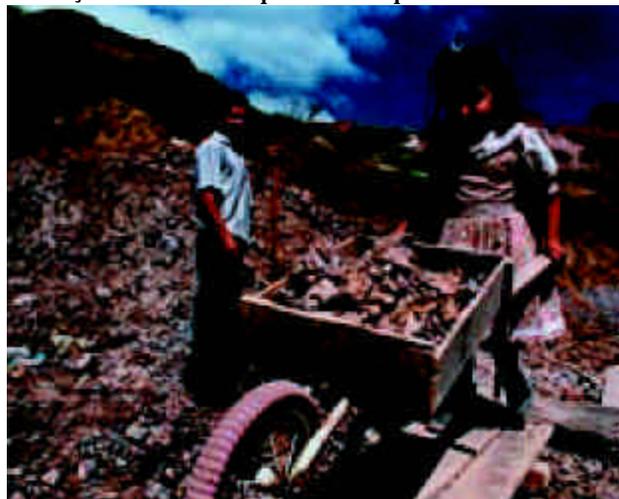
A superação do problema do trabalho infantil requer uma compreensão aprofundada dos fatores que forçam crianças a buscar formas inadequadas de trabalho, bem como intervenções eficazes apropriadas à especificidade de cada ambiente econômico e sociocultural. Em razão da complexidade do problema do trabalho infantil, a maioria dos projetos do USDOL utiliza intervenções múltiplas e totalmente integradas. Embora cada projeto tenha a clara intenção de tirar as crianças das piores formas de trabalho infantil, também outras intervenções se fazem necessárias para assegurar que as crianças e suas famílias disponham de alternativas sérias e sustentáveis e não voltem a conviver com situações de trabalho perigosas e abusivas.

VERBAS PARA A INICIATIVA EDUCACIONAL (EI)

Desde o ano fiscal de 2001, o Departamento do Trabalho dos EUA concedeu cerca de US\$ 148 milhões para a EI a fim de promover a educação como forma de combate ao trabalho infantil. O apoio financeiro é concedido por meio de um processo aberto e competitivo de licitação entre várias organizações nacionais e internacionais.

Os projetos da EI têm como objetivo fazer com que trabalhadores infantis e crianças em situação de risco tenham mais acesso à educação básica, bem como melhorar a qualidade e a importância da educação. Muitos países com elevada incidência de trabalho infantil também sofrem limitações financeiras que acabam por se refletir no acesso educacional e na qualidade da educação oferecida. Nessas nações, não somente existem muitas famílias sem recursos para uniformes ou livros escolares para suas crianças, mas também determinadas regiões que sofrem com a falta de escolas em áreas distantes, a alta proporção aluno/professor, um elevado percentual de professores sem a necessária qualificação ou insuficientemente qualificados e um ambiente físico precário nas escolas. Os projetos da EI apóiam melhoras no acesso e na qualidade da educação financiando merenda escolar, capacitação de professores, material escolar, ensino profissionalizante e outras necessidades.

Os projetos da EI têm como objetivo fazer com que trabalhadores infantis e crianças em situação de risco tenham mais acesso à educação básica, bem como melhorar a qualidade e a importância da educação. Muitos países com elevada incidência de trabalho infantil também sofrem limitações financeiras que acabam por se refletir no acesso



© Marcelo Salinas

Menina trabalha em forno de olaria nos arredores de Bogotá, Colômbia

INICIATIVA EDUCACIONAL DA WINROCK INTERNACIONAL NO PERU

Uma das maiores verbas da Iniciativa Educacional do ICLP financia a Winrock Internacional, organização não-governamental sediada nos EUA para implementar o projeto Inovações Comunitárias para Reduzir o Trabalho Infantil por meio da Educação (Circle). Com o projeto Circle, a Winrock trabalha com organizações locais que apresentam propostas para estratégias inovadoras voltadas para a prevenção ou eliminação do trabalho infantil por intermédio da educação. Em Cajamarca, Peru, o Circle colabora com a Associação Mulher Família (AMF), instituição sem fins lucrativos que defende os direitos das mulheres e crianças.

Com o apoio do Circle, a AMF está implementando o projeto Redução do Trabalho Infantil Doméstico, cujo objetivo é o de eliminar a incidência de crianças empregadas como trabalhadores domésticos. Em Cajamarca, essas crianças trabalham mais de 14 horas por dia, sete dias por semana, em troca de comida e abrigo ou de um salário mínimo. Em geral são bastante vulneráveis a abusos e raramente freqüentam a escola. O projeto da AMF utiliza várias intervenções para atingir seus objetivos, inclusive atividades de conscientização pública para educar a comunidade sobre o trabalho doméstico infantil; workshops para professores e funcionários da escola a fim de melhorar a qualidade da educação; treinamento profissionalizante e acompanhamento; e sistemas de monitoramento em escolas e comunidades para manter as crianças afastadas do trabalho doméstico.

As atividades de conscientização pública do projeto são especialmente inovadoras. Por exemplo, para informar autoridades, pais, empregadores e outros membros da comunidade sobre os riscos do trabalho infantil e os benefícios da educação de meninas e meninos, o projeto transmite um programa de rádio duas vezes por semana, dando às crianças a oportunidade de falar por elas próprias sobre suas experiências e perspectivas do trabalho doméstico. Depois que o programa começou a ser irradiado, o projeto observou que os membros da comunidade passaram a dar atenção muito maior à questão do trabalho doméstico infantil.

educacional e na qualidade da educação oferecida. Nessasnações, não somente existem muitas famílias sem recursos para uniformes ou livros escolares para suas crianças, mas também determinadas regiões que sofrem com a falta de escolas em áreas distantes, a alta proporção aluno/professor, um elevado percentual de professores sem a necessária qualificação ou insuficientemente qualificados e um ambiente físico precário nas escolas. Os projetos da EI



Departamento do Trabalho dos EUA

O subsecretário Law encontra-se com alunos em uma escola apoiada pelo Departamento do Trabalho para ex-trabalhadores infantis em Kanchipuram, Índia. A maioria das crianças trabalhava na produção de seda em oficinas caseiras

apóiam melhoras no acesso e na qualidade da educação financiando merenda escolar, capacitação de professores, material escolar, ensino profissionalizante e outras necessidades. A experiência do USDOL comprova que apenas abordagens holísticas de combate ao trabalho infantil podem ter a esperança de produzir resultados significativos de longo prazo. E cada intervenção bem-sucedida é fundamentada em sólidas atividades de pesquisa. Isso explica porque o ICLP financia vários projetos para determinar a incidência e a natureza do trabalho infantil no mundo inteiro. Esses projetos fornecem aos governos, às organizações internacionais e ao público em geral dados qualitativos e quantitativos confiáveis sobre a natureza e alcance do trabalho infantil e sua relação com educação, gênero e outros fatores. A coleta de dados também proporciona a base sobre a qual é possível estabelecer metas, projetar e avaliar a eficiência de outras intervenções.

Outro componente importante dos programas de erradicação do trabalho infantil é a inclusão de atividades de conscientização da comunidade na concepção do projeto. Por exemplo, uma campanha de conscientização pública para educar pais, organizações locais, líderes comunitários e a mídia sobre os riscos associados ao trabalho infantil e seus efeitos prejudiciais de longo prazo sobre a economia local pode ajudar a atrair os membros da comunidade para a causa e preparar o terreno para o sucesso do projeto.

Uma das intervenções mais eficazes é sem dúvida a provisão de educação de qualidade. Depois que as crianças são afastadas de situações de trabalho abusivas, a educação básica oferece uma alternativa válida, dando a elas técnicas e conhecimento para obter trabalhos seguros e mais bem remunerados no futuro. A equipe do projeto do USDOL trabalha com crianças para determinar suas necessidades educacionais, que podem incluir os sistemas de educação formal, informal ou de treinamento profissionalizante. Tais opções são importantes: enquanto alguns ex-trabalhadores

TRABALHO INFANTIL NA INDÚSTRIA DA PESCA DAS FILIPINAS

Nas Filipinas, que tem mais de 7.000 ilhas, a pesca é uma das mais importantes atividades econômicas do país. Com elevados índices populacionais e de pobreza, é comum o trabalho infantil perigoso na indústria da pesca. Algumas crianças chegam a trabalhar oito horas durante a noite, mergulhando para capturar peixes nas redes, enquanto outras trabalham em alto-mar em expedições pesqueiras que podem durar de seis a 10 meses nas quais chegam a mergulhar até 15 metros de profundidade sem equipamento de proteção. Entre outros perigos, essas crianças trabalhadoras correm o risco de surdez, lesões por quedas, ataques de tubarão, picadas de cobra e afogamento.

Por meio do Programa por Tempo Determinado, a OIT-Ipec procura retirar as crianças das tripulações de pesca e fazer com que recebam assistência médica, aconselhamento psicológico e apoio educacional como alfabetização básica, educação informal e suprimentos escolares. Um dos principais destaques do projeto é a implementação de sistemas sustentáveis de monitoramento do trabalho infantil. O projeto formou equipes de monitoramento tanto com pessoal do projeto do Ipec como dos órgãos governamentais das Filipinas a exemplo do Escritório de Recursos Pesqueiros e Aquáticos, da Guarda Costeira e do Departamento do Trabalho e Emprego. As equipes realizaram inspeções aleatórias em barcos de pesca e em comunidades nas quais as crianças são normalmente recrutadas para o trabalho.

Os governos municipais têm sido estimulados a se responsabilizar pela aplicação da lei de proteção a ex-trabalhadores infantis e por atividades de monitoramento. A equipe do projeto transferiu com sucesso as atividades de monitoramento para os órgãos locais, e o programa desenvolveu procedimentos padrão de inspeção para os membros da tripulação dos barcos que podem ser usados pelas autoridades locais.

infantis estão prontos para freqüentar escolas formais, outros podem precisar passar um tempo em um ambiente de ensino informal, transitório, antes de se integrarem ao sistema formal. Independentemente do tipo de intervenção, os projetos acompanham os programas educacionais das crianças, desde a matrícula até sua conclusão. Muitos projetos enfocam não apenas a participação das crianças no processo educacional, mas também a qualidade da educação oferecida. Entre as intervenções para melhorar a qualidade educacional estão a capacitação de professores, o desenvolvimento de materiais escolares e métodos alternativos para distribuição de material.

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO

Além da educação, muitas crianças necessitam de sistemas de reabilitação, como assistência médica, apoio nutricional e aconselhamento psicológico, após serem afastadas das atividades de trabalho. Dependendo das necessidades de beneficiários específicos, os projetos podem fornecer serviços de reabilitação por meio de visitas às famílias ou da criação de centros residenciais nos quais as crianças podem viver e receber cuidados nesse período de transição. Outro aspecto vital de muitos projetos do USDOL é o estabelecimento de um sistema de monitoramento do trabalho infantil. A atração gravitacional da pobreza e da cultura leva freqüentemente as crianças de volta ao trabalho abusivo, e um monitoramento eficaz pode ajudar a alertar os gestores do projeto sobre a necessidade de realizar outras intervenções.

A necessidade de renda familiar adicional é uma causa comum do trabalho infantil, e a retirada de crianças da força de trabalho deve ser compensada por outras formas de sustento. Por essa razão, a assistência técnica mantida pelo USDOL cuida das necessidades familiares em vez de apenas das carências da criança trabalhadora. Procura satisfazer essas necessidades meio de alguma forma de geração alternativa de renda como o ensino de técnicas de trabalho a membros da família ou oportunidades na área de microfinanças para que essas famílias possam gerar renda por meio de atividades comerciais.

Outra intervenção tem como foco principal a mudança de métodos de produção considerados perigosos e que sejam amplamente empregados em uma indústria específica que utiliza mão-de-obra infantil. Por exemplo, o “dever de casa” – a prática de dar aos empregados tarefas como costura ou montagem de projeto feita em casa – é comum em comunidades carentes. Esse tipo de dever de casa promove algumas vezes o trabalho infantil perigoso, pois o fato de trabalhar em casa aumenta a probabilidade de as crianças trabalharem ao lado dos pais, e tal prática torna quase impossível o monitoramento da saúde e da segurança. Entre os deveres de casa mais perigosos podem ser citados a fabricação de produtos que usam substâncias químicas perigosas ou materiais explosivos como fogos de artifício. Para combater essa prática, os projetos apoiados pelo USDOL podem direcionar o financiamento para a construção de oficinas seguras ou trabalhar para educar as partes interessadas da comunidade sobre os benefícios de longo prazo da construção e manutenção de locais de trabalho seguros.

Uma estratégia final essencial para a sustentabilidade de longo prazo dos projetos contra o trabalho infantil é a capacitação. Com o desenvolvimento das capacidades dos líderes e das instituições locais e nacionais é maior a probabilidade de que os esforços para combater esse tipo de trabalho possam continuar sem assistência externa. Como parte da capacitação, alguns projetos são elaborados junto com os governos dos respectivos países para desenvolver uma política nacional contra o trabalho infantil, ajudar a projetar

estratégias e planos de ação nacionais e ajudar a incorporar essa questão específica a outras políticas internas, como as que tratam de redução da pobreza, educação e assistência emergencial.

PARCERIA ESTRATÉGICA

Em seus esforços globais para erradicar as piores formas de trabalho infantil, o USDOL, além de ser o maior doador, é também um parceiro freqüente do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT (OIT-Ipec), tendo financiado desde 1995 cerca de US\$ 255 milhões para projetos de assistência técnica. Lançado em 1991, o Ipec busca a eliminação progressiva desse tipo de trabalho fortalecendo a capacidade dos países para tratar do problema e criando um movimento mundial para combatê-lo. Os projetos do Ipec concentram-se em crianças em condições de trabalho perigosas e pertencentes a grupos especialmente vulneráveis como meninas e crianças com menos de 12 anos. Em virtude de sua condição de organização internacional afiliada às Nações Unidas, a OIT-Ipec em geral pode trabalhar tanto com os governos nacionais quanto com a comunidade internacional de empregadores.

A OIT-Ipec ajuda a implementar os projetos de assistência técnica do USDOL usando diferentes modelos. Os Programas de Países fornecem assistência técnica a nações que se comprometem a fazer da eliminação do trabalho infantil uma política nacional. Os Programas Setoriais visam principalmente determinadas ocupações perigosas e regiões de conflito que demandam atenção urgente e recursos exclusivos. Os Programas por Tempo Determinado têm como meta a incorporação do trabalho infantil nas estratégias nacionais de redução da pobreza e educação e a eliminação de algumas das piores formas de trabalho infantil no prazo estipulado de cinco a dez anos. Muitos projetos OIT-Ipec incluem assistência técnica para ajudar países a desenvolver Planos de Ação contra o Trabalho Infantil e outras políticas nacionais que afetam crianças trabalhadoras. Em todos os casos, a OIT-Ipec colabora com organizações idôneas familiarizadas com as realidades locais.

PARA UM FUTURO MELHOR

O USDOL formou uma importante base de pesquisa, melhores práticas, parcerias internacionais e campanhas multilaterais voltadas para a eliminação das piores formas de trabalho infantil. Nossos parceiros de implementação, inclusive OIT-Ipec, organizações não-governamentais e grupos religiosos, desenvolveram estratégias inovadoras, eficientes e sustentáveis para lutar contra o trabalho infantil. Juntos, estamos dando às crianças e suas famílias a esperança de um futuro melhor, ajudando as nações e comunidades a criar uma força de trabalho melhor preparada para enfrentar os desafios da economia global dinâmica dos dias atuais. ■

ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: Causa Moral e Desafio ao Desenvolvimento

Juan Somavia

Nos últimos anos, houve uma mudança radical nas atitudes com relação ao trabalho infantil. Negação e indiferença deram lugar a reconhecimento, indignação e disposição para tentar resolver o problema de maneira efetiva. Para livrar o mundo do trabalho infantil será necessário o comprometimento de recursos expressivos por parte da comunidade internacional. Entretanto, no decorrer de duas décadas, os benefícios econômicos obtidos no mundo inteiro com a eliminação do trabalho infantil foram quase sete vezes maiores que os custos envolvidos. A eliminação do trabalho infantil é sem dúvida um sólido investimento financeiro.

Juan Somavia é diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho

O trabalho infantil é um problema generalizado no mundo de hoje, mas há esperança de solução.

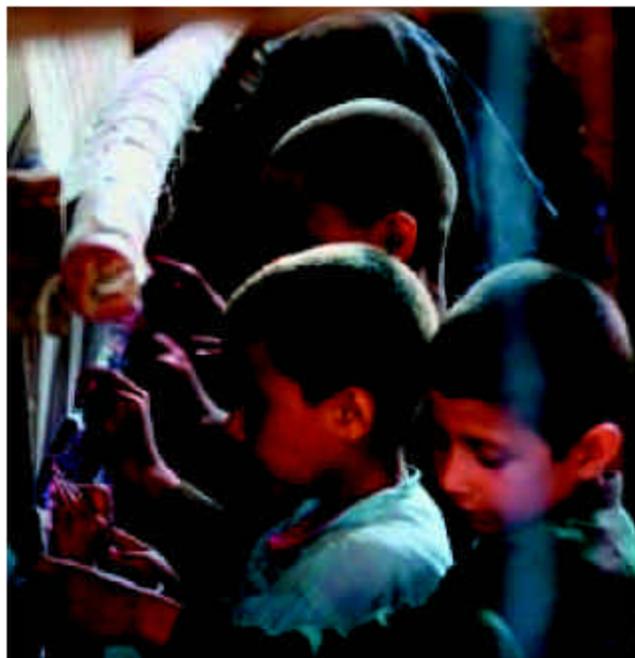
Fica claro que, quando as pessoas se comprometem, as comunidades se mobilizam, as sociedades se unem e decidem que o trabalho infantil não é mais aceitável, grandes avanços podem ser obtidos no sentido de garantir que não sejam negados às crianças a infância e um futuro melhor. Entretanto, isso não é fácil.

Construir consenso – e possibilitar mudanças reais – continua a ser um imenso desafio internacional, nacional e nas famílias e comunidades onde existe trabalho infantil. O objetivo prático é dar às crianças a oportunidade de uma boa educação e aos pais a justa chance de um emprego decente. É uma questão econômica para países e famílias – mas é também uma questão ética. Em última instância, o combate ao trabalho infantil é uma batalha para expandir as fronteiras da dignidade e da liberdade humanas.

Uma em cada seis crianças do mundo – estimados 240 milhões de crianças – está envolvida com trabalho infantil. Pense nisso. O número de crianças trabalhadoras é quase igual à população dos Estados Unidos!

Essas crianças não fazem trabalhos esporádicos ou leves. O trabalho é uma questão de sobrevivência para elas e para suas famílias. São meninas e meninos comprometidos com um trabalho que prejudica seu desenvolvimento mental, físico e emocional.

Três quartos dessas crianças são exploradas por meio do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) chama de piores formas de trabalho infantil. Trabalham em fábricas com atmosfera opressiva, plantações e minas inseguras e outros locais perigosos. Algumas são vendidas e traficadas para viver em condições semelhantes à escravidão. Outras são



Alexander Zemlianichenko, AP/WWP

Ahmad, 10, à dir., Omed, 7, centro, e Hamed Sarwar, 9, atrás, tecem um tapete em pequeno atelier na periferia de Mazar-e-Sharif, Afeganistão. Estima-se que mais de 2 mil crianças na cidade trabalhem, gerando renda considerada vital à sobrevivência econômica de suas famílias

forçadas ao pesadelo da prostituição ou enviadas a sangrentas frentes de batalha.

Desde sua fundação, a OIT tem lutado contra o flagelo do trabalho infantil. Nos últimos anos, por meio de nosso trabalho e colaboração com muitas pessoas e instituições comprometidas, temos visto grandes mudanças nas atitudes com relação ao trabalho infantil. Negação e indiferença deram lugar a reconhecimento, indignação e disposição para agir. Um movimento popular crescente contra as práticas abusivas de trabalho em geral alia-se a um novo entendimento das formas de lidar com o problema do trabalho infantil de maneira efetiva e sustentável.

A abordagem dos componentes da OIT – governos, empregadores e trabalhadores – é trabalhar nas comunidades e áreas produtivas por meio de parcerias e confiança mútua, com o fim de criar nos países o compromisso com ação sustentável para eliminação do trabalho infantil.

Em 1999, aprovamos um instrumento-chave para essa luta, a Convenção 182, que obriga os países a tomar providências imediatas para proibir e eliminar as piores formas de trabalho infantil. Nos últimos seis anos, 153 países a ratificaram, tornando-a um compromisso nacional e



Joel Grimes, Departamento do Trabalho dos EUA
O Ipec da OIT está trabalhando para retirar as crianças do trabalho difícil, protegendo-as e providenciando-lhes educação gratuita

instrumento que obteve a ratificação mais rápida e generalizada da história da OIT.

Durante o mesmo período, houve um aumento impressionante de ratificações da Convenção 136, a convenção da idade mínima adotada em 1973. Essa convenção estabelece que a idade mínima para trabalhar não deve ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória e estabelece um número de idades mínimas dependendo do tipo de emprego ou trabalho. Entretanto, a ratificação é apenas o começo.

Um número cada vez maior de países tem buscado a ajuda da OIT para realizar ações efetivas contra o trabalho infantil. O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) da OIT, criado em 1992 com seis países participantes e contribuição financeira maior da Alemanha, expandiu suas operações para 80 países, com o auxílio de 30 doadores, entre eles organizações de empregadores e de trabalhadores.

O financiamento generoso e o compromisso do Congresso dos Estados Unidos e do Executivo ajudaram a OIT a expandir consideravelmente seus esforços para erradicar o trabalho infantil.

Temos dado prioridade ao combate às piores formas de trabalho infantil, com o objetivo da conseqüente erradicação de todo o tipo de trabalho que envolva crianças. O financiamento visa desenvolver e implementar medidas preventivas e afastar as crianças de trabalhos perigosos, preparando-as para a escola e suprimindo fontes alternativas de renda para os pais. Nosso trabalho inclui esforços para combater o tráfico de crianças na África Ocidental, reabilitar crianças de rua na Europa Oriental, remover crianças das minas e pedreiras da América Latina e dar um futuro melhor às crianças que tecem tapetes ou costuram bolas de futebol no Sul da Ásia.



Joel Grimes, Departamento do Trabalho dos EUA
Em Bangladesh, as famílias – inclusive as crianças mais jovens – passam o dia quebrando pedras para produzir cascalho

A CRESCENTE NECESSIDADE DE AÇÃO

Em todo o mundo, as pessoas estão se unindo à crescente comunidade de consciência para agir. Um autêntico movimento mundial contra o trabalho infantil surgiu. As próprias crianças trabalhadoras estão se fazendo ouvir por meio de movimentos de base como a Marcha Global contra o Trabalho Infantil. Estudantes estão se mobilizando em solidariedade às crianças trabalhadoras.

Novas alianças estão surgindo entre organizações de empregadores e de empregados, agências governamentais e organizações da sociedade civil. Essas alianças têm realizado ações setoriais específicas em várias indústrias multinacionais – como as indústrias do tabaco, do cacau e de artigos esportivos –, nas quais a força e as vantagens dos parceiros tripartites da OIT e da sociedade civil impulsionam as iniciativas globais de combate ao trabalho infantil.

Ademais, 19 países estão envolvidos em programas que visam erradicar o trabalho infantil dentro de um determinado período. Essas são as bases para construir o movimento, mas muito mais precisa ser feito.

Precisamos unir as decisões nacionais e internacionais a uma maior cooperação ao desenvolvimento que tenha como alvo a redução do trabalho infantil. Precisamos continuar o debate nacional e internacional e os esforços de conscientização; identificar e mapear trabalho infantil perigoso em diferentes setores e situações; promover capacitação das instituições para lidar com o trabalho infantil em todos os níveis e pôr em funcionamento sistemas de inspeção e monitoramento eficazes, autônomos e confiáveis.



Dado Galdieri, AP/WWP

Feliberto, 9, ajuda o pai a fazer tijolos em Cochabamba, Bolívia. Com jornadas médias de trabalho de 10 horas, as crianças acabam abandonando a escola

O problema do trabalho infantil não pode ser resolvido isoladamente. Apenas projetos não são suficientes. Nos lugares onde a pobreza desintegra famílias, as políticas econômicas e sociais devem caminhar lado a lado para ajudar a proteger a dignidade da vida familiar.

Por exemplo, um elemento importante para prevenir o trabalho infantil é a educação gratuita, compulsória e de qualidade até a “idade mínima” – que varia dependendo do país e da natureza do trabalho – para entrada no mercado de trabalho. Mas, com restrições orçamentárias em todo lugar, muitos países não têm como financiar essas medidas.

A comunidade internacional deve apoiar os esforços dos países que desejam adotar medidas abrangentes por meio de programas de cooperação ao desenvolvimento, acesso a mercados e assessoria a políticas fornecida por organizações internacionais.

Naturalmente que para livrar o mundo do trabalho infantil será necessário o comprometimento de recursos expressivos. Estudo recente da OIT prevê que a erradicação do trabalho infantil dentro de duas décadas resultaria em estimados US\$ 5,1 trilhões em benefícios para as economias em desenvolvimento e em transição, em que há o maior número de crianças trabalhadoras. Em termos globais, os benefícios seriam sete vezes maiores que os custos envolvidos. Cada ano a mais de educação universal até a idade de 14 anos resulta em um acréscimo de 11% nos ganhos anuais futuros de um jovem que permanece na escola.

A eliminação do trabalho infantil é sem dúvida um sólido investimento financeiro.

A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL FAZ PARTE DA AGENDA DA OIT

A erradicação do trabalho infantil faz parte da agenda da OIT para o mundo do trabalho chamada de Agenda de Trabalho Decente. Essa agenda busca promover oportunidades para que todas as mulheres e todos os homens obtenham trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade humana. Esse programa voltado para o desenvolvimento tem como foco estimular investimentos que criem oportunidades de trabalho produtivo; com normas e direitos trabalhistas, seguridade social, proteção à saúde e redes de segurança social, além de voz e representação para os trabalhadores. A total abolição do trabalho infantil é um dos princípios norteadores de nossa agenda. Promovemos trabalho decente porque, quando se ignora a qualidade do trabalho para os países, abre-se a porta para o trabalho infantil.

Cada país, com suas próprias condições, pode definir um limite razoável, abaixo do qual nenhuma família devia cair. Trabalho decente não é uma norma universal, nem um salário mínimo. As convenções da OIT, ratificadas voluntariamente por cada país, constituem uma base social sólida para a vida do trabalho.

Incentiva-nos o fato de já ter havido grandes avanços em conhecimento e experiência, assim como um expressivo movimento mundial de combate ao trabalho infantil.

O desafio global continua assustador, mas acredito que, trabalhando juntos, poderemos atingir nossos objetivos comuns: trabalho decente para os países, educação de qualidade para as crianças e oportunidades reais para os jovens.

A erradicação do trabalho infantil é uma causa moral e um desafio para a sociedade. Se nos dispusermos a fazê-lo, poderemos levar esperança para crianças em todo o mundo e afirmar o direito inalienável de toda criança de ter uma infância. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

UMA CARGA PESADA DEMAIS: CRIANÇAS EM MINAS E PEDREIRAS

Estima-se que um milhão de crianças em todo o mundo trabalhem em minas e pedreiras. As condições de trabalho são as piores que se pode imaginar, e as crianças enfrentam sérios riscos de ferimentos, doenças crônicas ou morte.

Nas minas superficiais e subterrâneas, as crianças trabalham muitas horas, carregam peso, acionam explosivos, peneiram areia e escória, rastejam por túneis estreitos, inalam poeira e trabalham dentro d'água - muitas vezes na presença de toxinas perigosas, como chumbo e mercúrio. Trabalham na mineração de diamantes, ouro e metais preciosos na África; gemas e pedra na Ásia e estanho na América do Sul.

Nas pedreiras do mundo, as crianças enfrentam riscos à segurança e à saúde ao carregarem peso, inalarem poeira e partículas nocivas e usarem ferramentas perigosas e equipamentos de trituração igualmente perigosos.

Projetos piloto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstram que é possível eliminar o trabalho infantil ajudando as comunidades das minas e pedreiras a organizar cooperativas ou outros tipos de unidades produtivas; melhorar a saúde, a segurança e a produtividade dos trabalhadores adultos e garantir serviços essenciais, como escolas, abastecimento de água e saneamento básico. A longínqua comunidade de Santa Filomena, Peru, que em 2004 se declarou livre de trabalho infantil em sua pequena indústria de mineração do ouro, é apenas um exemplo.

A comunidade de Santa Filomena fez parte do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec), da OIT. Na América do Sul, o Ipec desenvolve projeto na área da mineração em países como Bolívia, Equador e Peru. Estima-se que 200 mil crianças nesses países trabalhem em minas.

A comunidade de Santa Filomena organizou uma associação de trabalhadores em minas para melhorar as condições de trabalho.

O Ipec ajudou a comunidade a instalar um guincho elétrico para puxar os minerais até o poço da mina. O guincho eliminou a necessidade de as crianças subirem até 200 metros carregando peso.

Por meio dessa associação e da organização não-governamental CooperAcción e com a colaboração das autoridades peruanas e financiamento do Departamento do Trabalho dos EUA, o Ipec iniciou em 2000 seu projeto para eliminar o trabalho infantil na mineração em Santa Filomena. O projeto utiliza o modelo de prevenção e eliminação do trabalho infantil da OIT, que se baseia em abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável nas comunidades e nas famílias.

O projeto de Santa Filomena financiou também atividades alternativas de geração de renda. Por exemplo, o projeto comprou máquinas para fazer massa e fornos para um grupo de mulheres da comunidade, treinou membros do grupo para usar as máquinas, e assim uma padaria comunitária começou a funcionar. Como resultado, o grupo faz pão diariamente, complementa a dieta familiar e, ao aumentar sua renda, passou então a depender menos da renda gerada pelas crianças.

Além disso, o projeto do Ipec organizou atividades de conscientização nas escolas. Crianças do ensino fundamental pintaram quadros sobre os tipos de trabalho que faziam. O projeto financiou também uma exposição de fotografia sobre questões do trabalho infantil e riscos à saúde no trabalho nas minas. Essas iniciativas tiveram como objetivo conscientizar a comunidade sobre os perigos do trabalho infantil e os benefícios da frequência à escola.

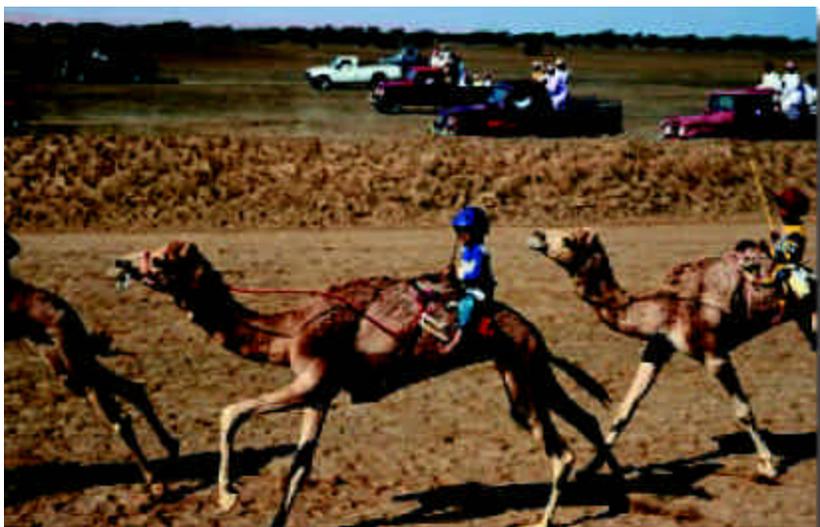
Ao fortalecer a capacidade de organização comunitária, aumentar a proteção social, criar oportunidades de geração de renda para as mulheres para que as crianças não precisem trabalhar nas minas, promover a conscientização sobre os benefícios econômicos e sociais e os custos do trabalho infantil, desenvolver serviços ligados a melhor nutrição e saúde, o projeto ajudou centenas de meninos e meninas a deixar as minas de Santa Filomena.

A retirada de crianças trabalhadoras de minas e pedreiras é um objetivo viável. Em 2005, 12 de junho, o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil - em seu quarto ano de comemoração -, será dedicado a achar um caminho para torná-lo realidade.

Fontes: OIT, Departamento do Trabalho dos EUA

ERRADICAÇÃO DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Embaixador John R. Miller



Corrida de camelos em algum país do Oriente Médio. Frequentemente crianças são escravizadas como jôqueis

Arthur Thevenart, CORBIS

A cada ano, de 600 mil a 800 mil pessoas – a metade delas crianças – são forçadas a deixar suas casas e seus países para trabalhar no exterior. Essas crianças são usadas como soldados, jôqueis de camelo e em trabalho forçado ou na exploração comercial do sexo. O governo dos EUA, em trabalho conjunto com outros governos e por meio de organizações não-governamentais, está comprometido com a detenção dos traficantes de crianças, a reabilitação das pequenas vítimas e sua reintegração às famílias. “Precisamos combater a corrupção nos governos, que permite a expansão do tráfico e desestabiliza economias”, afirma o embaixador John Miller, a mais alta autoridade do Departamento de Estado na área de combate ao tráfico humano. “Precisamos intensificar a aplicação da lei para resgatar crianças escravizadas e deter traficantes. E precisamos melhorar nossos esforços de prevenção, de forma que as crianças não fiquem tão vulneráveis a esse terrível crime.”

O embaixador John R. Miller é assessor sênior da secretária de Estado, Condoleezza Rice, e diretor do Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado.

Depois que todos os países criminalizaram a escravidão, muitas pessoas acreditam que a prática é coisa do passado. Infelizmente, o crime de tráfico de pessoas - ou escravidão moderna - está prosperando em 2005 com impacto especial em crianças de todo o mundo.

Quando falamos em tráfico de pessoas estamos falando sobre as vítimas que são forçadas, ludibriadas ou coagidas a trabalhar ou a submeter-se a exploração sexual. O governo dos EUA estima que, a cada ano, de 600 mil a 800 mil homens, mulheres e crianças são traficados nas fronteiras internacionais. Lamentavelmente, até metade de todas as vítimas do tráfico podem ser crianças, que são usadas como soldados, jôqueis de camelo e em trabalho forçado ou na prostituição. O trabalho forçado assume muitas formas: do serviço exaustivo em pedreiras à servidão doméstica, trabalho em fábricas e de campo.

Em resposta a esse crime abominável, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei de Proteção às Vítimas do Tráfico (TVPA) em 2000. A lei exige um relatório anual do Departamento de Estado que examine as ações dos governos estrangeiros para prevenir o tráfico, proteger suas vítimas, inclusive crianças, e punir os traficantes. O relatório deve apresentar os esforços dos EUA nessas áreas. Em 2004, o governo americano forneceu mais de US\$ 96 milhões em financiamentos de programas antitráfico no exterior, e estamos trabalhando agressivamente para conscientizar as pessoas da situação difícil das crianças que caem nas armadilhas da escravidão.



Victor R. Caivano, AP/WWP

Carlos, 9, limpa camarão na aldeia pesqueira de Guapinol, Honduras

ESFORÇOS DE COOPERAÇÃO

O nosso trabalho e de outros resultou no avanço do combate ao problema em todas as frentes. Desde 2003, cerca de 3 mil traficantes foram condenados, e 40 países já aprovaram leis antitráfico abrangentes. Há vários esforços para alertar pessoas vulneráveis sobre os esquemas de tráfico, para que a escravidão possa ser prevenida antes que ocorra. E parcerias entre governos e organizações não-governamentais levaram a iniciativas bem-sucedidas que estão melhorando a vida das crianças, libertando-as do trabalho forçado e de outras formas de escravidão.

Por exemplo, o Comitê Internacional de Resgate (IRC) emprega fundos dos Estados Unidos para reabilitar crianças que foram seqüestradas e traficadas para as bases do Exército de Resistência do Senhor (LRA) no sul do Sudão e norte de Uganda. Muitas dessas crianças foram forçadas a matar amigos e membros da família em consequência do seu recrutamento. O IRC também trabalha para dar assistência a crianças que fogem das aldeias de Uganda para as cidades a cada noite por medo de seqüestro pelo grupo rebelde LRA.

Para combater a escravidão de crianças usadas como jóqueis de camelo, em dezembro de 2004 o governo dos Emirados Árabes Unidos instalou um abrigo, dirigido pelo Fundo Ansar Burney para o Bem-Estar Social, para cuidar das vítimas do tráfico. O abrigo presta assistência a muitos meninos que foram pisados pelos camelos que eram forçados a montar. Desde março de 2005, esse abrigo já resgatou e tratou cerca de 50 crianças, das quais pelo menos 16 foram repatriadas.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), em parceria com o Departamento de Estado, ministérios do governo de Gana, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e organizações não-governamentais locais, providencia a identificação e documentação das crianças que foram seqüestradas e mandadas para a região do Lago Volta, em Gana, para trabalhar na indústria pesqueira. Para ajudar a interromper o tráfico de crianças nessa região, o programa presta assistência às vítimas infantis, auxílio na reunificação familiar e promove atividades para ajudar a reintegrar as crianças à vida cotidiana. Togbega Hadjor, poderoso chefe da área tradicional de Bakpa, em Gana, recebeu honras de herói no Relatório sobre Tráfico de Pessoas 2004 do Departamento de Estado por seu trabalho nesse projeto e esforços para conscientizar a população da região.

Estamos trabalhando também com a organização Libertem os Escravos para encerrar as atividades pesqueiras de aldeias da região da Baía de Bengala, Bangladesh, que escravizam crianças. Desde outubro de 2004, a polícia e a guarda costeira de Bangladesh libertaram 129 crianças.

Como parte da iniciativa do presidente Bush para combater todas as formas de tráfico humano, a organização Serviços Católicos de Assistência está trabalhando com os órgãos de segurança pública brasileiros para identificar as rotas usadas pelos traficantes para explorar suas vítimas. Além disso, está envidando esforços para melhorar a articulação entre os órgãos de segurança pública e as inspetorias do trabalho com o intuito de detectar e investigar essas atividades, de modo que mais crianças possam ser libertadas.

"NINGUÉM MERECE SER ESCRAVO"

Mesmo com todas essas iniciativas em andamento, sabemos que centenas de milhares, quiçá milhões, de crianças continuam escravizadas e isso é um desafio que precisamos enfrentar sem demora. Precisamos combater a corrupção nos governos, que permite a expansão do tráfico e desestabiliza economias. Precisamos intensificar a aplicação da lei para resgatar crianças escravizadas e deter traficantes. E precisamos melhorar nossos esforços de prevenção, de forma que as crianças não fiquem tão vulneráveis a esse terrível crime.

O movimento para abolir definitivamente o tráfico e a escravização de crianças continua, e estou orgulhoso pelo fato de os Estados Unidos terem assumido papel de liderança na criação de um mundo, como disse o presidente Bush em sua posse em 2005, onde "ninguém deve ser o amo e senhor, e ninguém merece ser escravo".



Aaron Favila, AP/WWP

Assistente social orienta vítima de tráfico infantil em pranto, recém-chegada a Manila de uma província central das Filipinas

SANÇÕES CONTRA OS TRAFICANTES DE SERES HUMANOS

Todo ano, o Relatório sobre Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado identifica países cujos governos não cumprem plenamente e não se esforçam para cumprir as normas mínimas da legislação americana que proíbe as formas mais sérias de tráfico de pessoas. O relatório de 2004 identificou Bangladesh, Birmânia, Cuba, Equador, Guiné Equatorial, Guiana, Coréia do Norte, Serra Leoa, Sudão e Venezuela nessa categoria de "Nível 3". Conforme a lei americana, os Estados Unidos podem impor a esses países sanções como:

- sustar assistência não humanitária e não relacionada com comércio;
- sustar financiamentos para programas de intercâmbio educacional e cultural, quando o país não recebe outra assistência;
- negar empréstimos e doações – exceto para ajuda humanitária, relacionada com comércio e alguns tipos de assistência ligada a desenvolvimento – do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras instituições financeiras internacionais. Por exemplo, em 2004 os Estados Unidos votaram contra empréstimos do Banco Mundial e do FMI à Venezuela por causa de sua colocação no Nível 3.

A lei americana concede ao presidente alguns critérios para abrir mão dessas sanções, particularmente se achar que o perdão atende aos interesses dos Estados Unidos ou evita efeito adverso significativo em setores vulneráveis da população, como mulheres e crianças, ou se ele achar que um governo começou a cumprir as normas mínimas após a divulgação do relatório. Em 2004 foi concedido perdão a vários países: a Bangladesh devido a seus crescentes esforços para processar traficantes e resgatar vítimas; à Guiana por causa de seu novo plano de ação que prevê mais recursos para vítimas e seus esforços para aumentar a conscientização da população sobre o problema; à Serra Leoa pelo treinamento de policiais sobre prevenção e repressão ao tráfico e por designar uma autoridade do primeiro escalão do governo para coordenar as atividades de combate ao tráfico de pessoas; e ao Equador pelo aumento das batidas policiais contra traficantes e conscientização da população (acesse <http://www.state.gov/g/tip/rls/prsl/36127.htm> para visualizar a determinação presidencial completa).

As sanções são um último recurso e apenas um entre muitos instrumentos para incentivar a ação de governos estrangeiros em favor das vítimas reais e potenciais das formas modernas de escravidão. Outros esforços dos EUA no ano passado incluíram: fornecimento de mais de US\$ 96 milhões em financiamentos para combate ao tráfico no exterior; participação em amplos debates e parcerias bilaterais; realização de inúmeras atividades contra o tráfico em cooperação com organizações internacionais; e execução de programas abrangentes de conscientização da população e atendimento às comunidades. ■

INICIATIVAS DO LEGISLATIVO DOS EUA PARA ERRADICAR O TRABALHO INFANTIL ABUSIVO

Senador Tom Harkin



No Laos, criança prepara folhas de tabaco para secagem após colheita

© International Labour Organization / P. Deloche / www.ilo.org

A ação imediata de todos os países para pôr fim às práticas abusivas de trabalho infantil é um imperativo moral. Segundo o autor, essas práticas não somente são reprováveis sob o ponto de vista moral, mas também prejudiciais sob a perspectiva econômica, impedindo que os países cumpram suas metas de desenvolvimento. O Congresso dos EUA adotou medidas legislativas e não legislativas para penalizar os países envolvidos nas piores formas de trabalho infantil e para reabilitar as crianças que são vítimas dessas práticas. O senador Harkin planeja apresentar em breve uma lei que exija medidas mais enérgicas, inclusive a proibição da importação de produtos que envolvam o trabalho infantil.

Tom Harkin é senador dos EUA pelo Estado de Iowa. Parlamentar desde 1975, Harkin atualmente é o líder democrata na subcomissão de Dotações Orçamentárias para os Departamentos do Trabalho, de Saúde e Serviço Social e de Educação e líder de longa data no combate ao trabalho infantil.

O trabalho infantil abusivo é profundamente condenável sob o ponto de vista moral. Constitui também uma política econômica prejudicial e impede que os países emergentes cumpram suas metas de desenvolvimento. Quando uma criança é explorada para fins de enriquecimento alheio, a criança perde, a família perde, o país perde e o mundo perde. As nações que fazem uso do trabalho infantil são péssimos parceiros comerciais. Nenhum país pode ser tornar próspero à custa de suas crianças. Simplesmente não há lugar na economia global para o trabalho escravo infantil.

Em minhas três décadas de trabalho no Congresso dos EUA, testemunhei os horrores do trabalho infantil abusivo em muitos países. Depois que se vê crianças labutando nos campos e nas fábricas, crianças espancadas e famintas, crianças que vivem sem amor ou até mesmo sem cuidados básicos, não é possível deixar de se dedicar com todo ardor à erradicação desse flagelo.

AÇÕES DO CONGRESSO

Para reduzir o trabalho infantil em todo o mundo, o Congresso elaborou uma vasta gama de instrumentos, tanto legislativos quanto não legislativos, para combater as práticas abusivas de trabalho infantil. Por exemplo, a Seção 1307 da



© International Labour Organization / M. Barton / www.ilo.org
Crianças trabalham nas planícies de sal da província de Kampot, no Camboja

Lei de Tarifas de 1930 proíbe a importação de produtos cuja fabricação envolva trabalho forçado ou escravo. Em 2000 essa lei recebeu uma emenda para garantir que fosse também aplicada aos produtos fabricados com o trabalho infantil forçado ou escravo.

A Lei de Comércio e Desenvolvimento de 2000 foi um grande passo no combate ao trabalho infantil abusivo no mundo em desenvolvimento. Segundo essa lei, países qualificados para receber preferências comerciais sob o Sistema Geral de Preferências são obrigados a pôr em prática seus compromissos contra o trabalho infantil abusivo. O Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos é encarregado por lei de realizar uma análise anual sobre os países que recebem esses benefícios para detectar, entre outras coisas, se estão cumprindo seus compromissos, segundo a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Com a Convenção 182, pela primeira vez, os países chegaram a um entendimento sobre a definição das piores formas de trabalho infantil. Essa definição inclui todas as formas de escravidão, tráfico de crianças, escravidão por dívida e recrutamento de crianças para a prostituição, a pornografia e a produção ou o tráfico de drogas. Também está incluído na definição o trabalho que, por sua natureza, possa ser prejudicial à saúde, à segurança ou à moral das crianças. A Convenção 182 foi negociada em 1999. Até abril de 2005, 153 dos 178 países membros da OIT, inclusive os Estados Unidos, haviam ratificado a convenção. Ao ratificar a convenção, esses países, inclusive muitos países em desenvolvimento, concordaram em eliminar o trabalho infantil abusivo, tratando essa medida como questão "urgente".

Na Lei de Comércio de 2002, lei que contém a autoridade de promoção comercial para os negociadores americanos da área de comércio, tentei incluir a exigência de que a eliminação das piores formas de trabalho escravo e

infantil fosse o objetivo principal em todas as negociações de comércio dos EUA. Infelizmente, na forma final da lei de 2002, esse objetivo ficou bastante enfraquecido, pois apenas se menciona que os negociadores americanos podem abordar a questão da exploração do trabalho infantil com os parceiros comerciais.

Em 1999, apresentei a Lei de Repressão ao Trabalho Infantil. Em breve reapresentarei projeto de lei, segundo o qual o presidente deve insistir com nossos parceiros comerciais para garantir proibição internacional ao comércio de produtos cuja fabricação envolva exploração do trabalho infantil. Se fosse aprovada, essa legislação proibiria a importação para os Estados Unidos de produtos industrializados e extraídos que sejam produzidos com a exploração do trabalho infantil. A lei exigiria também a criação e a manutenção de uma lista de indústrias estrangeiras que fazem uso do trabalho infantil abusivo. As empresas que violassem a proibição da importação desses produtos estariam sujeitas a penalidades rígidas. Embora a tramitação dessa legislação tenha emperrado em 1999, consegui inserir uma emenda à lei de Comércio de 2000 para garantir que ela fosse também aplicada aos produtos fabricados com o trabalho infantil forçado ou escravo.

O PROTOCOLO HARKIN-ENGEL

Ao lado dessas iniciativas legislativas, busquei abordagens voluntárias, não legislativas – principalmente o Protocolo Harkin-Engel para eliminar o trabalho infantil abusivo e o trabalho escravo na indústria de chocolate.

Em 2001, o deputado Eliot Engel, do Estado de Nova York, colaborou comigo na elaboração de uma iniciativa para eliminar o trabalho infantil abusivo e escravo na indústria de chocolate da África Ocidental. O Protocolo Harkin-Engel prescreve uma abordagem abrangente, de seis pontos, para solucionar o problema, junto com um processo com limite de tempo para eliminar de fato a exploração do trabalho infantil abusivo e escravo na produção do cacau e de produtos dele derivados nos países da África Ocidental. O protocolo prevê especificamente o desenvolvimento de normas globais para todo o setor e monitoramento, relatoria e certificação pública independentes. O setor concordou em certificar que o cacau usado no chocolate ou em produtos afins foi cultivado e processado na África Ocidental sem exploração do trabalho infantil.

Com a Subcomissão de Dotações Orçamentárias para os Departamentos do Trabalho, de Saúde e Serviço Social e de Educação, garanti os recursos para um programa da OIT que monitora e reabilita crianças utilizadas como mão-de-obra nos campos cacauzeiros da África Ocidental. A reabilitação consiste em retirar as crianças do trabalho abusivo e proporcionar-lhes ensino e treinamento profissionalizantes. O programa da OIT é chamado de Projeto para a Indústria Cacaueira e a Agricultura Comercial da África Ocidental [West Africa Cocoa and Commercial Agriculture Project – WACAP] e combina a conscientização das famílias e das comunidades com um sistema de monitoramento e feedback

que produz relatórios acurados e fidedignos sobre o trabalho infantil na produção cacauceira da África Ocidental. Por meio do programa WACAP, a OIT irá monitorar e dar assistência a aproximadamente 80 mil crianças. Embora o WACAP tenha fornecido os recursos necessários, é o setor do chocolate que, em última análise, responde sob o ponto de vista social, moral e financeiro pela plena implementação do protocolo.

O Protocolo Harkin-Engel garante que organizações sindicais e outras partes interessadas não ligadas ao setor, junto com especialistas atuando "in loco" nos países produtores de cacau, colaborem ativamente para monitorar as práticas de trabalho infantil. Fazem parte de um grupo consultivo para ajudar a implementar os termos do protocolo representantes da OIT; da União Internacional de Trabalhadores dos Setores de Alimentos, Agricultura, Hotéis, Restaurantes, Catering, Tabaco e Afins; da organização Libertem os Escravos; da Liga Nacional de Consumidores; e da Coalizão contra o Trabalho Infantil.

Finalmente, um compromisso de máxima importância segundo o protocolo exige a implementação de um sistema

de certificação abrangendo todo o setor até 1º de julho de 2005.

O DESAFIO FUTURO

Em resumo, o Congresso dos EUA ajudou a desenvolver vários instrumentos jurídicos e voluntários efetivos em âmbito nacional e internacional para combater e, por fim, eliminar o trabalho infantil abusivo e escravo. O desafio atual é que países, organizações internacionais, grupos não-governamentais e indústria usem esses instrumentos de maneira ampla e firme.

Ninguém subestima a escala e a dificuldade do desafio que nos aguarda. Mas o imperativo moral é óbvio e os argumentos econômicos e de desenvolvimento são convincentes. É nosso dever solene - como nações, organizações e seres humanos - eliminar de uma vez por todas esse flagelo que é o trabalho infantil abusivo. É necessário que governo, indústria e organizações internacionais, agindo em conjunto, implementem de fato esses instrumentos. ■

COMBATE AO TRABALHO INFANTIL EM PLANTAÇÕES DE CACAU

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 284 mil crianças em quatro países da África Ocidental trabalham no cultivo e processamento industrial do cacau. (veja

http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/themes/cocoa/download/2005_02_cl_cocoa.pdf)

A OIT concluiu que muitas crianças trabalhadoras eram de áreas empobrecidas e foram entregues pelos pais aos produtores de cacau na crença de que encontrariam trabalho e enviariam dinheiro para casa. Contudo, uma vez tiradas das famílias, as crianças eram forçadas a trabalhar em regime de escravidão e muitas sofriam espancamentos. Somente um pouco mais de um terço das crianças que trabalhavam nas plantações de cacau freqüentava a escola ao mesmo tempo que trabalhavam e outro terço dos trabalhadores em idade escolar jamais havia ido à escola.

Essas crianças muitas vezes trabalhavam mais de 12 horas por dia. A maioria das 284 mil crianças usava facões perigosos para limpar os campos e outros objetos afiados para abrir o fruto do cacau. Mais de metade aplicava pesticidas sem equipamento de proteção. Sessenta e quatro por cento desses trabalhadores tinham menos de 14 anos e 40% eram meninas.

Em 2002, com assessoria da OIT, foi criada uma nova parceria público-privada internacional - a Iniciativa Internacional para a Indústria Cacauceira [International Cocoa Initiative - ICI]. A ICI une as capacidades do setor



Christine Nesbitt, AP/WWP

Amadou, 14, da Costa do Marfim, mostra cicatrizes na perna causadas por seu facão, em 20 de abril de 2001. Acredita-se que 15 mil crianças, muitas delas de outros países, estejam trabalhando nas plantações da Costa do Marfim, produtor de 40% do cacau mundial e o maior exportador de café da África

cacaueiro global aos conhecimentos técnicos de organizações sindicais, grupos de consumidores, organizações não-governamentais e ativistas. Em parceria com a OIT e os governos produtores, a ICI procura supervisionar e apoiar os esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil no cultivo e processamento do cacau.

A OIT também elaborou um plano de ação em larga escala para eliminar o uso da mão-de-obra infantil na produção cacauera nos países diretamente envolvidos: os países produtores, Camarões, Costa do Marfim, Gana e Nigéria.

O esforço de três anos combina o aumento da conscientização do problema pelas famílias e comunidades; a ajuda aos produtores, inspetores e trabalhadores para se capacitarem para lidar com o problema; a intervenção para retirar crianças do trabalho agrícola forçado e inseguro e facilitar sua matrícula nas escolas; a introdução de melhorias na capacidade das famílias para gerar renda; e o monitoramento e feedback.

O programa – conhecido como Projeto para a Indústria Cacaueira e a Agricultura Comercial da África Ocidental para Combater o Trabalho Infantil Perigoso e Abusivo (WACAP) – recebeu US\$ 5 milhões do Departamento do Trabalho dos EUA e mais US\$ 1 milhão do setor cacaueiro.

Até dezembro de 2004, o WACAP registrou as seguintes realizações:

Proporcionou reuniões e workshops para conscientização – utilizando materiais de treinamento adaptados para cada caso – a mais de 25 mil pessoas. Dessa forma, cooperou com o Programa de Culturas Arbóreas Sustentáveis da África Ocidental para usar a rede de escolas rurais e com outras organizações não-governamentais e também com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

O programa identificou, aconselhou e retirou do trabalho mais de 3 mil crianças com menos de 13 anos. A meta do programa é atingir 9.700 crianças até 2006.

Em cada país produtor de cacau, identificou e coordenou a criação ou o fortalecimento de mecanismos para combater o trabalho infantil em colaboração com órgãos governamentais, sindicatos, empregadores, sociedade civil e instituições acadêmicas e de pesquisa.

ENTENDENDO O TRABALHO INFANTIL: Padrões, Tipos e Causas

Eric V. Edmonds

Os formuladores de políticas interessados em pôr fim ao trabalho infantil precisam enfrentar a pobreza que quase sempre é a causa do problema. Embora o trabalho infantil abusivo exista e tenha de ser eliminado, os dados mostram que o trabalhador infantil típico trabalha junto com os pais e ajuda a família a atender suas necessidades mais básicas. Os dados também mostram clara correlação entre o declínio da pobreza e um número menor de crianças que trabalham e indicam que o trabalho infantil é mais comum quando pais e filhos não têm alternativas reais ou vivem em áreas que não oferecem escolas adequadas ou com preços acessíveis. Uma política eficaz para acabar com o trabalho infantil, portanto, somente pode ser elaborada no contexto da estratégia global de desenvolvimento de um país e precisa levar em conta se vai eliminar a necessidade de as crianças trabalharem e o que as crianças farão no lugar do trabalho.

Eric V. Edmonds é professor assistente de Economia da Faculdade de Dartmouth e pesquisador do Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas, organização de pesquisa privada e sem fins lucrativos com sede nos EUA. Tem várias publicações sobre questões relacionadas com o trabalho infantil no mundo e atuou como consultor para organizações como Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

Imagens trágicas de crianças acorrentadas em fábricas, forçadas à prostituição ou coagidas a participar das forças militares de um país, felizmente não representam as condições da maioria das crianças que trabalham em todo o mundo. De fato, a maioria das crianças trabalhadoras está ao lado de seus pais, ajudando na terra ou no negócio da família. Projeto de 2000 do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) pesquisou trabalhadores infantis em 36 países em desenvolvimento. Os dados representam mais de 120 milhões de crianças entre 5 e 14 anos. Embora praticamente 70% das crianças nesses países estivessem envolvidas em alguma forma de trabalho, menos de 3% participavam do mercado de trabalho assalariado formal. A maioria desses empregos assalariados, assim como a maioria dos empregos nas economias mais pobres do mundo, está na agricultura.

Por isso, embora os horrores sobre o trabalho infantil estampados nos jornais do Ocidente sejam reais e sérios, precisamos ter cuidado para não extrapolá-los para a situação mais comum da criança que trabalha para ajudar a família a atender às necessidades básicas.

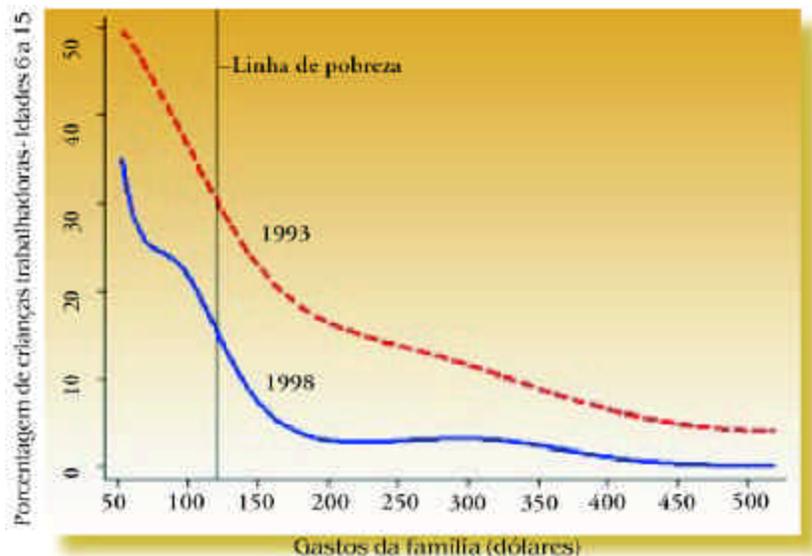
TRABALHO INFANTIL: UMA FACETA DA POBREZA

Pais pobres nos países em desenvolvimento se deparam com uma decisão difícil. Seus filhos podem fazer uma contribuição econômica produtiva ajudando na terra ou no negócio da família, trabalhando no mercado de trabalho formal ou prestando serviços domésticos em casa. Nesse sentido, as crianças ajudam a alimentar, amparar e vestir seus irmãos e outros familiares, além de cuidar de si próprias. A necessidade da família pela contribuição econômica da criança precisa ser analisada levando-se em conta o desejo de investir no seu futuro, com a esperança de que isso vencerá o peso da pobreza. Quase sempre, não há escolas acessíveis ou elas são de tão má qualidade que há poucas opções além do trabalho para a criança. No entanto, mesmo quando outras oportunidades existem, pais e filhos quase sempre precisam tomar a triste decisão de ter a criança trabalhando porque a perda de sua contribuição nas despesas da casa pioraria a pobreza da família.

O papel importante que as crianças desempenham ajudando a família a lidar com a pobreza extrema é comprovado por dados internos e externos dos países. Algumas das provas mais pungentes vêm do Vietnã, que reduziu o trabalho infantil praticamente à metade durante um período de cinco anos durante o boom econômico da

década de 1990. Junto com esse boom, o governo vietnamita realizou pesquisa que monitorou as atividades de crianças em mais de 4 mil lares e também os gastos per capita dessas famílias. A Figura 1 representa a fração de crianças trabalhando no início do boom (1993) e ao fim do boom (1998) em comparação com os gastos per capita da família no início do boom (convertidos para dólares americanos de 1998). Assim, para cada ponto da distribuição do gasto per capita em 1993, os índices de atividade econômica estão representados para os mesmos lares em 1993 e 1998.

Figura 1: Queda do trabalho infantil no Vietnã na década de 1990



Fonte: Cálculos do autor a partir de "Pesquisas sobre o Padrão de Vida Vietnamita" de 1993 e 1998, Escritório Geral de Estatísticas do governo do Vietnã.

Os dados do Vietnã mostram que em toda a população o trabalho infantil teve declínio significativo entre 1993 e 1998. As quedas foram maiores nos lares que vivem com menos de US\$ 400 por pessoa por ano, mas não ficaram limitadas aos pobres e quase pobres. Além disso, a taxa de declínio do trabalho infantil foi mais acentuada próximo da linha de pobreza. Na verdade, um estudo que utilizou esses dados observou que melhoras nos gastos per capita podem explicar 80% da queda do trabalho infantil em lares que saíram da faixa de pobreza entre 1993 e 1998.

Outros pontos interessantes foram revelados pelos dados do Vietnã. Por exemplo, em lares relativamente prósperos pequenas variações nos padrões de vida da família não resultaram em mudança substancial no trabalho infantil. O trabalho infantil é uma séria conseqüência da pobreza, mas não é impulsionado exclusivamente pela necessidade familiar de renda. Pais e filhos precisam pesar o valor do tempo de uma criança no trabalho em comparação com outras atividades que ela pode fazer. Às vezes, as outras oportunidades disponíveis às crianças não são atrativas o suficiente para as famílias abrirem mão da contribuição econômica da criança nas despesas da casa. No entanto, a rapidez da queda do trabalho infantil no Vietnã, visível a

cada ano próximo da linha de pobreza, sugere que, ao avaliar o tempo da criança, poucas questões são mais importantes do que a necessidade desesperada de renda criada pela pobreza. Além disso, no caso do Vietnã, a queda do trabalho infantil foi acompanhada do aumento da frequência à escola, em especial nas últimas séries do ensino fundamental.

É provável que o quadro do Vietnã não seja exclusivo do país. De fato, estudos recentes documentaram padrões similares em países tão diversos quanto Paquistão e Peru. Além disso, um olhar sobre os diversos países apresenta

imagem similar. Praticamente três quartos da variação entre os países na questão do trabalho infantil podem ser explicados apenas pela variação de renda. As estimativas de 2000 da Organização Internacional do Trabalho relativas ao trabalho infantil por país em comparação ao produto interno bruto (PIB) per capita mostram que embora o trabalho infantil seja endêmico nos países mais pobres do mundo, como Tanzânia e Etiópia, é raro em países mais prósperos do que o Gabão, com PIB per capita de US\$ 8.400 por ano. Como no Vietnã, a renda não é somente o único fator que pesa na decisão sobre o trabalho infantil. O Nepal é mais rico do que a Zâmbia, mas estima-se que a fração de crianças trabalhando no Nepal é cerca de três vezes mais alta. No entanto, a forte associação entre renda e trabalho infantil sugere que a necessidade da família pela contribuição econômica dos filhos é provavelmente de primeira ordem.

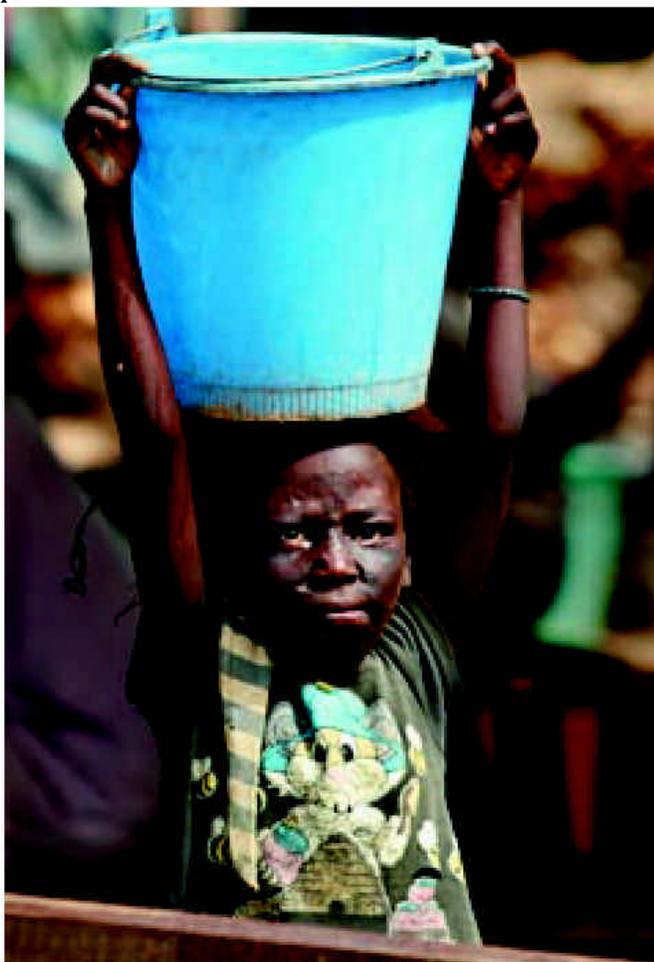
OUTROS ASPECTOS DO AMBIENTE ECONÔMICO DA CRIANÇA

Alguns dos dados mais interessantes sobre o peso da pobreza e a contribuição da criança no padrão de vida da família vêm do exame de como o trabalho infantil reage ao crescimento do comércio nos países em desenvolvimento. Em geral, embora o crescimento do comércio coincida com o aumento da renda, ele também traz maiores oportunidades de emprego para as crianças. No entanto, as evidências de estudos de caso de países específicos e entre países são muito claras. Embora o aumento das oportunidades de emprego estimule mais crianças a trabalhar, o aumento da renda pode mais do que compensar essa tendência. Quando os ganhos do comércio são disseminados de modo que os mais pobres se beneficiem e experimentem o crescimento em suas rendas, em geral eles utilizam essa renda para tirar as crianças da força de trabalho e colocá-las na escola.

Às vezes, outros aspectos do ambiente infantil forçam as crianças a trabalhar, mesmo que os pais preferissem enviá-las à escola se lhes fosse oferecida tal opção. Por exemplo, quando as famílias não têm acesso a crédito, as decisões sobre o trabalho infantil precisam ser feitas considerando-se apenas a necessidade imediata e não o que é melhor para a família

em uma perspectiva de longo prazo. Alguns dados recentes da África do Sul são reveladores.

Nas zonas rurais da África do Sul, as crianças negras quase sempre moram com a família ampliada, incluindo os avós. O governo sul-africano fornece boas pensões sociais aos negros idosos. Estudo recente examina se a distribuição do tempo da criança entre o trabalho e a escola é influenciado pelo momento em que a família recebe o dinheiro da aposentadoria. Em mercados de crédito ativos, uma família cujo avô esteja prestes a receber a aposentadoria decidiria se a criança deveria trabalhar ou freqüentar a escola assim como faria uma família que acabou de receber esse tipo de ajuda financeira. O momento de receber uma renda totalmente previsível não deveria influenciar a decisão.



Ben Curtis, AP/WWP

Catherine, 7, com o rosto marcado por um acidente na cozinha, carrega balde de água em campo de refugiados na Costa do Marfim. Ela foi forçada a fugir de casa durante disputa de terras em plantação de cacau

De fato, os dados revelam o declínio do trabalho infantil e do total de horas trabalhadas e um grande aumento na freqüência escolar quando as famílias recebem a aposentadoria prevista, uma vez que essa renda pode ser utilizada para pagar as taxas escolares e outras despesas com o ensino. Assim, embora as famílias devessem ter a possibilidade de fazer empréstimos com base em sua renda futura e assim serem capazes de enviar a criança para a escola,

a impossibilidade de acesso ao crédito as força a ter os filhos trabalhando mesmo contra a vontade. Assim, nesse caso da África do Sul, a incapacidade de bancar o ensino parece ter sido mais importante para explicar a razão das crianças não freqüentarem a escola do que a contribuição econômica direta da criança no lar.

AVALIAÇÃO DE ALTERNATIVAS AO TRABALHO

A primeira pergunta em qualquer discussão sobre políticas para o trabalho infantil precisa ser essa: o que as crianças vão fazer se não estiverem trabalhando? Visões de uma utopia de crianças estudando e brincando povoam a imaginação popular quando se trata dessa questão. Essas imagens não são verdadeiras.

Precisamos considerar se as políticas destinadas a acabar com o trabalho infantil também procuram eliminar a necessidade da família pela renda da criança. Muitas políticas populares visam a afastar as crianças de determinados tipos de emprego. Mas se essas políticas não tratarem das causas do trabalho infantil, então o combate a um tipo de emprego ou a uma indústria em particular não fará mais do que deslocar o tempo da criança para uma atividade que, devido às opções de emprego, podem ser menos preferíveis do que a ocupação que ela está perdendo.

Há inúmeros casos de crianças sendo tiradas de empregos da indústria do vestuário devido à pressão internacional, mas tendo como alternativas o trabalho de extração de pedras ou mesmo a prostituição. Ademais, se essas ações suprimirem as oportunidades de emprego abertas às crianças, elas podem ironicamente fazer com que mais crianças trabalhem, porque muitas delas bancam o ensino de seus irmãos. Não temos idéia da escala desses desvios uma vez que são consequência da política existente. Por essa razão, devemos ter cuidado ao examinar se nossas ações eliminam a necessidade de as crianças trabalharem ou se simplesmente as transferem para empregos menos desejáveis ou até mesmo mais perigosos.

Se a política adotada for eficaz para manter as crianças longe do trabalho, o que farão essas crianças? A educação é a esperança da maioria dos defensores dessas políticas. No entanto, os trabalhadores infantis quase sempre vivem em lugares onde a infra-estrutura escolar é de baixa qualidade. Estudo recente na Índia rural constatou que os professores não contam com material de ensino em 67% das escolas rurais de ensino fundamental, que 89% das escolas rurais de ensino fundamental não têm banheiro e que 25% dos professores não estavam na escola quando deveriam estar dando aula. O mesmo estudo estimou que se todas as crianças que deveriam estar nas escolas de ensino fundamental de fato freqüentassem a escola, haveria em média 113 alunos por sala de aula nas áreas rurais. A Índia não é exceção entre os países em desenvolvimento por sua precária infra-estrutura escolar. Portanto, antes de tomarmos medidas para tirar as crianças do trabalho, precisamos ter certeza de que elas têm para onde ir.

Pensar o trabalho infantil fora do contexto da pobreza que o cria pode abrir caminho para políticas perigosas. Ao

atacar o trabalho infantil limitando as opções de emprego disponíveis para crianças, corremos o risco de não fazer nada mais do que punir os mais necessitados pelo crime de serem pobres.

OPÇÕES DE POLÍTICAS

O que, então, as políticas podem fazer? Em vez de punir as crianças por trabalharem, devemos recompensar os comportamentos que queremos incentivar. Vários países hoje pagam os alunos que freqüentam a escola. No México, o Progresá (Programa Nacional de Educación, Salud y Alimentación), hoje conhecido como Oportunidades, é um programa desse tipo e já ajudou 5 milhões de famílias. Dá aos alunos uma ajuda financeira para freqüentarem a escola, e essa ajuda aumenta de acordo com a idade da criança. Programas como esse devem ser vistos como contrários ao trabalho infantil, porque diminuem o retorno relativo ao trabalho e reduzem a necessidade da família de receber contribuição econômica da criança. É claro que pagar às crianças para freqüentar escolas de baixa qualidade parece mau uso dos recursos, e é por isso que é tão importante que esses programas façam parte da agenda geral de desenvolvimento do país.

Isso posto, ignorar o trabalho infantil seria sério motivo de preocupação. Trabalhar tão cedo na vida pode interferir na aprendizagem, afetar a saúde e o desenvolvimento da criança e influenciar os tipos de ocupações disponíveis às crianças à medida que crescem. Por isso, as ramificações do trabalho infantil para o futuro da criança podem ir muito além de alguns outros aspectos da pobreza. De fato, há dados reveladores do Brasil de que o trabalho infantil pode desempenhar papel importante na transmissão intergeracional da pobreza.

Além de tudo, embora a grande maioria dos trabalhadores infantis passe as horas de trabalho ao lado de seus pais, existem crianças escravizadas, coagidas à prostituição, forçadas a entrar nas forças armadas e relegadas a outras formas assustadoras de trabalho infantil. O que fariam essas crianças se não estivessem trabalhando? Nessas situações, a questão parece irrelevante. No entanto, são raros os dados científicos sobre a razão e o porquê de existirem crianças nessas situações.

Os dados limitados que temos são de entrevistas com crianças nessas atividades, mas é difícil saber por que algumas crianças se envolvem no tráfico de drogas, por exemplo, apenas conversando com crianças que participam dessa infração. Para entender por que as crianças entram nessas atividades, temos de saber porque crianças em circunstâncias similares não se envolvem em atividades desse tipo. Além do mais, tem havido pouco esforço para avaliar formalmente diferentes ferramentas de políticas que possam ser utilizadas para ajudar crianças envolvidas nas piores formas de transição de trabalho a recuperarem uma infância mais saudável. Hoje as políticas para essas crianças estão sendo desenvolvidas em um vácuo de conhecimento que necessita ser preenchido com urgência. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

CRIANÇAS E CONFLITOS ARMADOS

Principais fatos e questões

O texto abaixo é extraído do *Relatório Global Sobre Crianças-Soldados 2004*, divulgado pela Coalizão para Deter o Uso de Crianças-Soldados.

A maioria das crianças-soldados do mundo está envolvida com grupos políticos armados, que incluem grupos paramilitares, milícias e unidades de autodefesa que operam com o apoio dos governos em várias zonas de conflito. Há também grupos armados contrários ao governo central: grupos de minorias étnicas, religiosas e outras; e clãs ou facções que lutam contra o governo e entre si para defender o território e os recursos naturais.

O uso de crianças em conflitos pelas forças armadas oficiais do governo diminuiu desde 2001, mas continua em alguns países. As forças dos governos também continuam a utilizar crianças informalmente como espiões e mensageiros e para executar pequenas incumbências, expondo-as a ferimentos e riscos de morte e também a represálias das forças contrárias. Algumas forças de governo têm como alvo crianças para filiações suspeitas em grupos políticos armados. Essas crianças têm sido presas, detidas, torturadas e mortas.

Muitas crianças-soldados têm entre 14 e 18 anos e se alistam voluntariamente. No entanto, pesquisas mostram que esses adolescentes vêem poucas alternativas ao envolvimento em conflitos armados. A própria guerra, a falta de educação ou trabalho e o desejo de escapar da servidão doméstica, da violência ou da exploração sexual são fatores que pesam. Muitos também se alistam para se vingar da violência cometida contra a família durante conflitos armados.

Recrutamento forçado e raptos continuam a existir em alguns países. Crianças com apenas 9 anos são raptadas.

Programas de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR) especificamente voltados para crianças-soldados têm sido criados em muitos países, tanto durante quanto depois de conflitos armados. Tais programas ajudaram ex-crianças-soldados a adquirir novas habilidades e a retornar às suas comunidades. No entanto, os programas não contam com verbas e recursos adequados. Investimento sustentado de longo prazo é necessário para que possam ser eficazes.

Apesar do crescente reconhecimento do envolvimento de meninas em conflitos armados, elas são quase sempre deliberada ou inadvertidamente excluídas dos programas de DDR. As meninas-soldados com frequência são sujeitas a estupro e outras formas de violência sexual, além de se envolverem em combates e outras atividades. Em alguns casos são estigmatizadas por suas comunidades quando retornam. Os programas de DDR deveriam ser construídos e elaborados com sensibilidade para responder às necessidades das meninas-soldados.

Uma série de mecanismos internacionais legais fornecem proteção para crianças envolvidas em conflitos armados. Entre eles estão o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente ao envolvimento de crianças em conflitos armados, que proíbe a utilização direta de crianças com menos de 18 anos em conflitos, o recrutamento compulsório de menores de 18 pelos governos e qualquer



Apichart Weerawong, AP/WWP

Than, soldado karen de 13 anos, guarda acampamento na Birmânia, próximo da fronteira com a Tailândia

recrutamento de menores de 18 por grupos armados não-governamentais. O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional define o recrutamento de crianças com menos de 15 anos como crime de guerra e prevê processo penal e punição dos infratores. A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o recrutamento forçado ou compulsório de qualquer pessoa com menos de 18 anos para utilização em conflitos armados como uma das piores formas de trabalho infantil.

O Conselho de Segurança da ONU repetidas vezes pediu ações para acabar com o uso de crianças-soldados. As medidas propostas incluem o diálogo com as partes de conflitos armados com o objetivo de alcançar a desmobilização imediata de crianças e sanções àqueles que continuarem a utilizar crianças em conflitos.

Apesar da condenação quase universal da existência de crianças-soldados e de uma sólida estrutura jurídica e de políticas, a falta de vontade política é um obstáculo para a consecução de aperfeiçoamentos concretos e proteção efetiva das crianças in loco.

Fonte: Coalizão para Deter o Uso de Crianças-Soldados.

Observação: A íntegra do *Relatório Global sobre Crianças-Soldados 2004*, lançado em 17 de novembro de 2004, pode ser acessada na

internet no endereço <http://www.child-soldiers.org/resources/global-reports>. A Coalizão para Deter o Uso de Crianças-Soldados foi formada em maio de 1998 pelas principais organizações internacionais humanitárias e de direitos humanos. Entre as organizações que participam da coalizão estão a Anistia Internacional, a Human Rights Watch, a Federação Internacional Terre des Hommes, a Aliança Internacional Save the Children, o Serviço Jesuíta de Refugiados, o Escritório Quaker das Nações Unidas em Genebra e Visão Mundial Internacional. ■



Adam Butler, AP/WWP

Soldado patrulheiro, 14, do Exército de Serra Leoa com rifle

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: Compromisso do Governo

Patrick del Vecchio

O governo e a indústria brasileiros, com o apoio de organizações não-governamentais e internacionais, estão comprometidos com a erradicação do trabalho infantil no país. Uma iniciativa em particular oferece ajuda financeira a famílias como incentivo para manter na escola crianças em risco de ser exploradas como mão-de-obra infantil. Outros esforços envolvem a fiscalização e a aplicação da lei sobre o trabalho infantil em âmbito estadual, assim como programas direcionados para setores específicos da economia brasileira e determinadas indústrias.

Patrick del Vecchio é o encarregado de Assuntos Trabalhistas do Departamento de Estado dos EUA em São Paulo, Brasil.

A má notícia sobre trabalho infantil no Brasil é que a prática continua a ser uma triste realidade. No país, aproximadamente quatro milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalham. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estima que cerca de 7% das crianças brasileiras entre 5 e 14 anos trabalharam em 2003.

Mas a excelente notícia sobre trabalho infantil no Brasil é que, nos últimos 11 anos, um amplo esforço realizado pelo governo do país, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por empresas e corporações locais, além de organizações não-governamentais (ONGs), reduziu em 50% o número de crianças que trabalham.

INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

Desde a década de 1990, o Brasil tem envidado esforços conjuntos para erradicar o trabalho infantil. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), logo após a posse em janeiro de 1995, declarou a prática abominável e ofensiva aos direitos humanos. E acrescentou que o objetivo de seu governo seria fazer todo o possível para eliminar o trabalho infantil, deixando claro que o Brasil não perdoaria nem justificaria tal crime.

Em 1996, o governo FHC deu importante passo ao instituir o programa Bolsa-Escola. Criado para manter crianças em risco de ser exploradas como mão-de-obra infantil na escola, o programa oferece a famílias pobres uma pequena ajuda financeira para cada criança em idade escolar. Cada família continua a receber ajuda desde que a criança atenda à frequência mínima, comprovada por declaração da

escola. O programa é administrado pelos governos locais nos 27 Estados brasileiros.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao tomar posse em 2003, deu prosseguimento ao programa Bolsa-Escola junto com outros pagamentos assistenciais a famílias carentes.

Outra iniciativa importante do governo federal foi intensificar a fiscalização trabalhista para identificar focos de trabalho infantil. O Ministério do Trabalho brasileiro determinou que cada escritório regional contasse com uma unidade e fiscais responsáveis pela erradicação do trabalho infantil. Além disso, o Ministério está desenvolvendo uma força-tarefa especial para combater a prática com um corpo de fiscais exclusivos para acompanhar denúncias de trabalho infantil.

O Fórum Nacional para a Prevenção do Trabalho Infantil (FNPETI) representa outra parte do esforço do governo para combater esse crime. Fundado em novembro de 1994, o Fórum criou uma Rede Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil em 1999 e fóruns individuais em cada um dos 27 Estados brasileiros. O FNPETI é composto desses 27 órgãos, além de mais 48 entidades que incluem: associações comerciais e empresariais; sindicatos; a OIT; diversos órgãos que fazem cumprir as leis sobre trabalho infantil e processam as correspondentes violações praticadas; e organizações não-governamentais que combatem a prática.

A seguir, algumas realizações do FNPETI:

- Desenvolveu estratégias para intervenção em situações de trabalho infantil. As práticas do Fórum, primeiramente implementadas para remover crianças do trabalho perigoso e insalubre da produção carvoeira de Mato Grosso do Sul, tornaram-se o padrão seguido por programas de todo o país. Por exemplo, o programa Jornada Ampliada de Mato Grosso do Sul tem conseguido manter as crianças na escola e envolvidas com outras atividades, longe da produção carvoeira.
- Ajudou a desenvolver o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) criado pelo governo.
- Influenciou com sucesso a ratificação pelo Brasil de instrumentos da OIT, a Convenção 138, sobre idade mínima para o trabalho, e a Convenção 182, sobre as piores formas de trabalho infantil.
- Elaborou os "Parâmetros para Formulação de Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil" que se tornaram a base da política nacional.

- Participou da criação do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente como membro fundador da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti).

Em setembro de 2002, o governo federal emitiu um decreto criando a Conaeti. A função da organização é garantir que o Brasil cumpra as Convenções 138 e 182 da OIT e desenvolva um plano nacional para erradicação do trabalho infantil. A Comissão inclui representantes destas entidades: ministérios afins, OIT, Unicef e principais grupos trabalhistas e associações industriais, comerciais e de produtores agrícolas. A instituição realizou sua primeira reunião em março de 2003 e promove esses encontros regularmente desde então.

A Conaeti elaborou um plano de grande alcance que está em fase de implementação. Ele menciona todos os aspectos do trabalho infantil, inclusive questões de saúde, combatendo o uso de drogas, além de abordar temas como capacitação, educação e conscientização pública. A Conaeti conta com a ampla base de membros necessária para implementar esses programas com sucesso.

O PAPEL DA OIT

Em parceria com diversas ONGs e agências brasileiras, a Organização Internacional do Trabalho está à frente dos esforços para eliminar o trabalho infantil no Brasil. Durante a década de 1990, a OIT implementou diversos projetos sob os auspícios de seu Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec), muitos dos quais foram financiados pelo Departamento do Trabalho dos EUA.

Do programa da OIT, fizeram parte projetos de combate ao trabalho infantil na indústria de calçados do Rio Grande do Sul, as iniciativas já mencionadas para retirar as crianças da produção carvoeira do Mato Grosso do Sul, além de projetos em vários setores agrícolas.

Em 2001, a Organização trabalhou com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para realizar a primeira pesquisa domiciliar sobre trabalho infantil no Brasil. Com base em uma pesquisa realizada em 100 mil lares, o projeto utilizou a metodologia Simpoc (Programa de Monitoramento e Informações Estatísticas sobre Trabalho Infantil) da OIT para medir a extensão da prática.

Em conjunto com essa iniciativa, a OIT firmou parceria com alguns ministérios brasileiros, entre eles o Ministério do Trabalho, para um programa financiado pelo Departamento do Trabalho dos EUA. O programa visa à redução do trabalho infantil doméstico e tem obtido sucesso na redução da incidência geral dessa prática no Brasil.

O PAPEL DAS ONGS

Muitas organizações não-governamentais têm contribuído para as histórias de sucesso do Brasil. A Fundação Abrinq, representante dos fabricantes de brinquedos, vem obtendo êxito na implementação de códigos de conduta em diversos setores brasileiros importantes, inclusive montadoras, siderúrgicas e indústrias de calçados, cítricos e açúcar. A empresa que cumpre os códigos tem o privilégio de usar o selo Abrinq, o certificado de que não faz uso de mão-de-obra infantil para a fabricação de seus produtos.

A Abrinq tem sido especialmente eficaz ao incentivar os industriais brasileiros a assumir responsabilidade por toda sua cadeia de produção. Além de não empregarem mão-de-obra infantil, as empresas exigem que seus fornecedores também não o façam. A ênfase no cumprimento voluntário tem atingido seus objetivos, convencendo as indústrias a policiar a si mesmas.

Franca, na região norte do Estado de São Paulo, é um exemplo notável disso. Há anos a cidade é um pólo do setor calçadista no Brasil. Embora essas fábricas, que exportam calçados para as grandes empresas americanas, não empreguem mão-de-obra infantil, alguns fornecedores de peças para calçados empregavam crianças para colagem desses itens. Os industriais do setor mobilizaram toda a cidade e criaram o Instituto Pró-Criança, que patrocinou programas de jornada ampliada para mantê-las fora do trabalho. Hoje, além de freqüentarem a escola, as crianças de Franca se beneficiam de diversos programas culturais, musicais e esportivos fora do horário escolar.

Em resumo, embora não tenha erradicado o trabalho infantil, o Brasil fez progressos significativos na batalha para alcançar esse objetivo. E mais: a sociedade brasileira também está comprometida a prosseguir nesta batalha. ■

KIDS IN NEED: Uma Solução Não-Governamental

Christopher Wakiraza

Kids in Need (KIN) [Crianças Necessitadas] é uma organização não-governamental em Uganda voltada para crianças que vivem nas ruas e trabalham nas piores formas de trabalho infantil. Por meio dos seus centros distritais em Kampala, Mbale e Wakiso, a Kids in Need oferece às crianças de rua abrigo, aconselhamento, educação, assistência médica, além de suprir suas necessidades básicas e reintegrá-las na sociedade. A Kids in Need pode indicar com orgulho 800 crianças carentes que recolheu das ruas e ajudou a transformar em membros produtivos de suas comunidades.

Christopher Wakiraza fundou a Kids in Needs em 1996 e continua como seu diretor.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) avalia que haja no mundo mais de 246 milhões de crianças envolvidas no trabalho. Quase 80 milhões delas estão na África Subsaariana que inclui Uganda, meu país de origem. Aqui, se encontra crianças trabalhando em plantações e no setor informal, inclusive no comércio de sexo. A maioria das crianças que trabalha no setor informal em Uganda vive nas ruas.

Em 1995, Uganda tinha 10 mil crianças de rua, segundo estimativa do professor Mike Munene da Universidade Makerere em Kampala. Desde então, esse número se multiplicou devido a problemas sociais e econômicos do país como HIV/Aids, pobreza e conflitos internos.

ALI e SSEMBI

As crianças de rua são as maiores vítimas do trabalho infantil em Uganda. Eu não tinha plena consciência disso até meados de 1996. Havia acabado de concluir a faculdade e me preparava para ser professor universitário. Nesse ano, quando estava na Cidade de Kampala, aconteceu algo dramático.

Vi dois garotos maltrapilhos atirando pedras em um carro próximo a um estacionamento bastante conhecido. Isso me interessou de tal forma que decidi segui-los. Não muito além, eles pararam embaixo de uma imensa mangueira em uma praça da cidade onde os desocupados passam o tempo a divagar. Aproximei-me com um cumprimento amistoso que foi respondido por um deles enquanto o outro se afastou zangado.

O garoto simpático disse-me que seu nome era Ali e que o outro se chamava Ssembi. Ambos eram crianças de rua que trabalhavam praticamente dia e noite e só descansavam quando não sentiam suas vidas ameaçadas. Seu dia-a-dia começava às 3 horas da manhã e terminava depois da meia-noite. Ali vendia abacaxis para um ambulante e Ssembi era ajudante em um quiosque de engraxate numa das ruas de Kampala. Os dois se conheceram na prisão onde estiveram várias vezes.

A vida nas ruas sempre foi instável para crianças. Com o pouco dinheiro que conseguem não podem pagar uma refeição descente por dia. É por essa razão que freqüentemente se envolvem com crimes. E a consequência é apanhar de gangues ou passar um tempo na prisão. Não é de surpreender que Ali e Ssembi tivessem inúmeras cicatrizes além de ferimentos recentes em seus corpos.



Cortesia: Kids in Need, Uganda

Crianças de rua são as maiores vítimas do trabalho infantil. Essas crianças catam lixo para sobreviver. Às vezes não encontram nada



Joel Grimes, Departamento do Trabalho dos EUA

Conscientização sobre questões do trabalho infantil em Kampala, Uganda

Deixei as duas crianças com a promessa de voltar a vê-las em outra ocasião.

Aquela altura mal sabia eu que Ali e Ssembi levariam à criação de um programa para combater o trabalho infantil entre as crianças de rua. Fiquei muito perturbado ao saber que alguns seres humanos, em especial as crianças, levavam uma vida de cachorro, senão de animais selvagens. Tentei esquecer o assunto por completo, mas foi impossível. Algumas aspirações estão fortemente enraizadas no âmago da alma humana. Não poderia escapar da exigência que se impunha.

Poucos dias depois quando fui a Kampala por razões pessoais, um motorista de táxi disse-me que duas crianças maltrapilhas iam todos os dias à praça procurar por um homem de Entebbe. Pela descrição que faziam, o motorista estava convencido de que eu era o homem que procuravam. Diante disso, disse-lhe que avisasse às crianças que iria encontrá-las na sexta-feira daquela semana. Como estava muito atarefado, desci do carro e fui cuidar da vida. Foi ao meio-dia, quando sai para comer alguma coisa, que deparei com meu pior pesadelo.

A VIDA DE UMA CRIANÇA DE RUA

Comecei a comparar minha refeição com o lixo que as duas crianças envolvidas com o trabalho árduo estariam fadadas a comer. Deparei-me com dois mundos profundamente distintos naquele dia. Decidi de imediato procurar pelos garotos em seus locais de trabalho. Descobri que Ssembi tinha voltado à prisão e que Ali tinha ido morar com uma gangue perigosa para vender drogas e combustível de avião para cheirar. Ele havia emagrecido, estava doente e muito infeliz.

Para sobreviver, todas as crianças na gangue tinham que trabalhar muito. Muitas faziam sexo com os adultos por comida ou por uns trocados; outras transportavam cargas pesadas, vendiam drogas ou participavam do crime organizado.

A criança que vive nas ruas é ameaçada de morte de várias formas. Muitas dessas crianças desenvolvem problemas físicos decorrentes de seu perigoso trabalho. Elas são franzinas, têm os membros fracos, adquirem tuberculose e apresentam horríveis ferimentos ulcerosos além de problemas comuns como dores de cabeça. Em consequência disso tornam-se apáticas.

A pior experiência de uma criança de rua é ficar doente. Mesmo sem cuidados elas têm que sobreviver.

Inúmeras crianças de rua não são capazes de se comunicar adequadamente por causa das drogas. Muitas alegam que não podem fazer o que fazem sem a influência das drogas. Uma delas disse-me certa vez que, embora cansada, tinha transportado uma carga pesada por cinco quilômetros para uma senhora que não lhe pagou. E naquela noite, com muita fome e desesperada, comeu detritos humanos que encontrou em uma lata de lixo.

As experiências difíceis de Ali e Ssembi levaram-me a pesquisar a vida das crianças de rua em Kampala e a viver com elas. Com a ajuda de Ali, nos meses seguintes comecei aos poucos a fazer contato com várias crianças que trabalhavam nas ruas. Descobri que cada gangue tinha uma característica e localização específica denominada “boca”. Muitas crianças das bocas não queriam dormir ao relento, comer lixo e fazer trabalhos penosos e árduos. Elas se sentiam frustradas.

Com a ajuda dos padres Jesuítas em Kampala, foi alugada uma casa para 10 crianças. Dez crianças mudaram-se para essa casa com as caixas de papelão onde dormiam e os sacos de polietileno que usavam para se cobrir e se aquecer quando estavam nas ruas. E assim nasceu a Kids in Need.

KIDS IN NEED:

A Kids in Needs é voltada para crianças que vivem e trabalham nas ruas de Uganda. O programa identifica crianças que participam ativamente das piores formas de trabalho infantil e aquelas que têm grande probabilidade de serem enredadas por elas. Hoje a Kids in Need dispõe de três centros distritais – em Kampala, Mbale e Wakiso – para oferecer aconselhamento, educação formal e informal, assistência médica e suprir as necessidades básicas de crianças de rua. Também realizamos programas em defesa da criança como medida preventiva para eliminar as piores formas de trabalho infantil. E temos produzido e distribuído cartazes, camisetas, panfletos, jogos e brochuras ao mesmo tempo em que sensibilizamos a comunidade em nossas áreas de atuação com treinamento e mobilização local.

As crianças retiradas das atividades perigosas de trabalho infantil são temporariamente levadas para um dos centros de reabilitação. Depois são colocadas em atividades remuneradas antes de serem reintegradas na sociedade.

A reintegração pode ocorrer de três formas. Uma criança muito jovem (de 12 anos ou menos) em geral volta a viver com sua família, caso ainda esteja constituída. Uma criança mais velha ou que não possa ficar com sua família muito provavelmente será colocada sob a custódia de parentes ou de



Joel Grimes, Departamento do Trabalho dos EUA

Garotos aprendem a arte da carpintaria em um programa de transição para crianças de rua

um amigo. A última forma de reintegração é a criança assumir as rédeas da sua própria vida. Nesse tipo de reintegração, a criança com 15 anos ou mais e que aprendeu alguma atividade recebe ajuda para encontrar emprego e uma moradia simples – geralmente de apenas um cômodo.

Grande parte da assistência para a reintegração tem vindo do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outros tipos de apoio, como por exemplo para alimentação, taxas escolares, assistência médica e salários são fornecidos pela organização Terre des Hommes da Holanda voltada para a assistência às crianças e pela agência de cooperação para o desenvolvimento DKA da Áustria.

Em quase 10 anos de existência, a Kids in Need ajudou mais de 800 crianças carentes de Uganda a se tornarem membros produtivos em suas comunidades. Essas 800 crianças representam um final feliz para a história da Kids in Need. Mas com milhares de crianças vivendo e trabalhando nas ruas de Uganda, grande parte dessa história ainda está por ser escrita. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: Uma Abordagem Empresarial

Andre Gorgemans

Ajudar a erradicar o trabalho infantil em âmbito internacional não é um problema exclusivo dos governos – as empresas precisam também assumir um papel ativo. Há uma década a Federação Mundial da Indústria de Artigos Desportivos deu início a programas para erradicar o trabalho infantil em todos os processos pertinentes à fabricação de materiais esportivos, incluindo o monitoramento de serviços terceirizados. A Federação deu prosseguimento a essa iniciativa oferecendo oportunidades educacionais às crianças retiradas do trabalho e auxílio social e financeiro às famílias. Um exemplo resultante desses programas foi a retirada de 6 mil crianças paquistanesas do processo produtivo de bolas de futebol para exportação e sua reintegração na escola. Programas semelhantes estão sendo implementados na Índia.

Andre Gorgemans é secretário geral da Federação Mundial da Indústria de Artigos Desportivos.

O problema do trabalho infantil tem sido uma grande preocupação da Federação Mundial da Indústria de Artigos Desportivos (WFSGI) na última década. A WFSGI, com sede em Verbier, na Suíça, é uma associação independente criada em 1978 por fornecedores da indústria de artigos desportivos, associações nacionais de industriais e empresas de marcas famosas como Nike, Adidas, Reebok, New Balance, Puma, entre outras. Por isso, a Federação desempenha papel estratégico no apoio e na promoção do setor de produtos esportivos. E mais: proporciona um fórum em que os países da Europa, Ásia, América do Norte, América do Sul e Oceania podem cooperar na promoção da ética e do comércio livre e justo, bem como trabalhar para maximizar o bem-estar da humanidade por meio dos esportes.

No âmbito da sua organização interna, a WFSGI trabalha em comissões que se reúnem regularmente no mundo todo. Uma dessas comissões – a Comissão de Ética e Comércio Justo (CEFT) – foi criada em 1995 pelo então presidente da WFSGI, Stephen Rubin. Seu objetivo era solucionar alguns dos problemas mais complexos com respeito a práticas comerciais éticas que estavam vindo à tona e também estabelecer um fórum em que o setor pudesse entender e analisar uma vasta gama de aspectos da responsabilidade social corporativa e implementar ações cabíveis.

A primeira grande conquista da comissão foi a realização de uma conferência internacional inovadora em Verbier, em novembro de 1995, para discutir o trabalho infantil. Foi a

primeira conferência a atrair ampla gama de marcas esportivas internacionais, governos nacionais, agências internacionais e organizações não-governamentais (ONGs). Eis alguns participantes dessa reunião inicial: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Save the Children (Salvem as Crianças), Grupo Internacional Antiescravista, Fundação pelo Comércio Justo, Campanha das Roupas Limpas e a ONG internacional Terre des Hommes.

Pela primeira vez, na conferência de 1995, o setor mundial de produtos esportivos reuniu-se formalmente com a maioria dessas organizações, algumas das quais vinham fazendo críticas abertas às práticas do setor e de algumas empresas em particular. Essa conferência pioneira abriu as portas ao diálogo e deu início a um processo de criação de confiança que mais tarde seria traduzido em programas concretos e bem-sucedidos.

ENFRENTANDO OS DESAFIOS

O maior desafio da comissão de ética foi mobilizar o setor para responder às alegações gravíssimas sobre a existência de trabalho infantil na produção de bolas de futebol nos países do sul da Ásia, inicialmente no Paquistão. Representantes de diversas marcas esportivas internacionais e de federações nacionais viajaram à região para se reunir com executivos locais do setor, autoridades governamentais e funcionários de ONGs. A força-tarefa contratou observadores independentes para analisar detalhadamente o problema e propor recomendações para a sua solução.

Foi um longo - e por vezes difícil - processo de aprendizado. Muitos críticos do setor recorreram a inverdades e artifícios para tirar proveito da preocupação internacional com o trabalho infantil. Mas nossos próprios estudos independentes mostravam que algum trabalho infantil estava sendo usado na produção de bolas de futebol.

Grande parte do problema estava diretamente relacionada com a mão-de-obra terceirizada uma vez que a costura era realizada longe das fábricas deixando implícito que a indústria não acompanhava todos os processos produtivos. Com o tempo, tornou-se evidente a necessidade de monitorar as instalações e os locais onde eram realizadas as costuras, de modo que o setor pudesse mostrar ao mundo que não estava fazendo uso de trabalho infantil.

O segundo desafio enfrentado pela CEFT foi determinar a abrangência de nosso esforço. Nossa missão original era



G. Cabrera/ © International Labour Organization/www.ilo.org
Meninas costuram bolas de futebol no Paquistão

garantir que nenhuma criança fosse empregada na produção de bolas de futebol costuradas à mão. Uma vez assumido esse compromisso, a CEFT se deu conta de que a simples eliminação do uso de mão-de-obra infantil na produção de bolas de futebol poderia resolver nosso problema imediato, mas no final teria um efeito adverso sobre as crianças, que seriam impelidas a assumir trabalhos mais perigosos e de cunho altamente explorador, como prostituição e fabricação de tijolos.

Em resposta, a indústria decidiu se comprometer com um programa de proteção social e oferecer oportunidades educacionais às crianças retiradas do trabalho, além de conceder auxílio social e financeiro às suas famílias.

O ACORDO DE ATLANTA

Esse compromisso foi consolidado com o histórico Acordo de Atlanta para a Erradicação do Trabalho Infantil na Indústria de Bolas de Futebol no Paquistão, anunciado em fevereiro de 1997 na Superfeira de Esportes em Atlanta, na Geórgia. Trinta e uma empresas, representando mais de 80% da produção voltada para exportação e 55 marcas internacionais, representando praticamente todo o mercado mundial de marcas, concordaram de imediato em participar do programa. As marcas internacionais prometeram que só comprariam bolas de futebol no Paquistão de empresas que cumprissem as orientações do programa.

Um componente crítico do Acordo de Atlanta era a confiança que precisaria ter nas parcerias. A CEFT embarcou em um esforço ambicioso para formar alianças com organizações externas, e a OIT se juntou ao projeto para desenvolver um sistema de monitoramento dos locais de trabalho.

A OIT criou um protocolo de inspeções surpresa, usando inspetores bem treinados e bem remunerados para visitar as vilas onde as costuras eram feitas. A Save the Children concordou em participar com enfoque na proteção dos interesses das crianças nesse processo. A Unicef se incumbiu do atendimento social às crianças e às famílias, e as ONGs locais se comprometeram em conceder educação de transição às crianças que estavam sendo retiradas do trabalho e programas de micro-crédito para as comunidades e famílias.

A Federação Internacional de Associações de Futebol (Fifa) tem sido uma parceira importante em diversas iniciativas da CEFT. A Fifa foi uma das primeiras instituições a apoiar o Acordo de Atlanta e tem colaborado com

financiamentos substanciais a projetos que visam à eliminação do trabalho infantil no Paquistão e na Índia há vários anos. A contribuição da Fifa para a CEFT inclui a disponibilização dos locais privilegiados onde ocorrem os campeonatos de Copa do Mundo para divulgação de nossos esforços coletivos voltados para a promoção de práticas comerciais éticas. Sepp Blatter, presidente da Fifa, declarou: “O esporte e a indústria que colabora para sua sustentação e aprimoramento têm muito do que se orgulhar, e o Acordo de Atlanta é um exemplo.”

O sucesso do Acordo de Atlanta foi reconhecido em junho de 1997 quando a WFSGI recebeu o Prêmio Pioneiro em Ética Global na cerimônia da 11ª Premiação Anual de Consciência Corporativa em Nova York. Com a seleção feita por um painel de juizes independentes e a apresentação pelo Conselho de Prioridades Econômicas, a premiação chama a atenção do público para empresas e organizações que demonstram responsabilidade social no mais alto nível. O programa recebeu maior visibilidade em 1999 ao ser citado pelo então presidente Bill Clinton, em pronunciamento na OIT, como um modelo vitorioso da colaboração entre indústria, governo e ONG.

OS RESULTADOS

O programa paquistanês tem um histórico fantástico de realizações práticas. Cerca de 90 fabricantes de Sialkot, no Paquistão, estão agora inscritos no programa, e mais de 95% da produção voltada para a exportação é monitorada e certificada regularmente para inexistência de trabalho infantil. Mais de 6 mil crianças trabalhadoras foram retiradas da produção e recolocadas no caminho dos estudos. O componente Educação Fundamental Universal do programa

se concentra em todas as crianças de 5 a 7 anos para evitar a entrada de novas crianças no mercado de trabalho.

Os líderes da Associação Indiana de Fabricantes e Exportadores de Materiais Esportivos e da Fundação de Produtos Esportivos da Índia adaptaram o modelo paquistanês às especificidades de sua própria realidade. Ainda com base no conceito de duas vertentes – monitoramento do local de trabalho e proteção social –, a iniciativa da Índia ilustra como líderes visionários locais determinam em última instância o que pode e deve ser feito. Organizações internacionais como a WFSGI podem facilitar a colaboração, mas não temos dúvida de que nossos líderes nacionais do setor constituem a espinha dorsal de qualquer programa de sucesso.

ALÉM DO TRABALHO INFANTIL

A preocupação da CEFT com a ética e o comércio justo não se restringe a seus programas de combate ao trabalho infantil. Após consultas às suas federações constituintes e a outros de seus membros, e com base em um diálogo permanente com representantes de agências internacionais, a CEFT desenvolveu em 1997 um código de conduta para assessorar as empresas do setor esportivo de forma a que suas operações satisfaçam os mais altos padrões éticos do mercado global. Esse código é baseado em padrões trabalhistas internacionais definidos em importantes convenções da OIT. Desde então, muitas empresas membros têm introduzido seus próprios códigos e estão monitorando o cumprimento dessas normas.

A CEFT – agora denominada Comissão de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) – organizou, no início de 2005, uma reunião sobre consciência RSC em Xangai, na China. Essa reunião teve como objetivo ajudar nossos colegas chineses a compreender as complexidades das questões de RSC e fornecer-lhes as ferramentas para lidar com as esperadas críticas da sociedade civil e das comunidades de ONGs no período de preparativos para os Jogos Olímpicos de Pequim. A reunião contou com aproximadamente 55 participantes representando marcas esportivas internacionais, varejistas do setor, os principais fabricantes de materiais esportivos da China, a Associação Chinesa de Industriais, a OIT e a Associação para o Trabalho Justo.

Com essas iniciativas, o setor de produtos esportivos provou que a responsabilidade social corporativa pode ser exercida em termos globais e com responsabilidade. ■



Manish Swarup, AP/WWP

Ex-trabalhadores infantis participam de manifestação em Nova Délhi, Índia, em 31 de maio de 2002, contra o uso de mão-de-obra infantil na fabricação de bolas de futebol

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

BIBLIOGRAFIA

Leituras adicionais sobre trabalho infantil

Betcherman, Gordon, Jean Fares, Amy Luinstra e Robert Prouty. *Child Labor, Education, and Children's Rights* [Trabalho Infantil, Educação e Direitos da Criança]. Washington, DC: Unidade de Proteção Social, Rede de Desenvolvimento Humano, Banco Mundial, 2004.

http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_Ibank_Servlet?pcont=details&eid=000012009_20041012104522

Bhalotra, Sonia R. e Zafiris Tzannatos. *Child Labor: What Have We Learnt?* [Trabalho Infantil: O Que Aprendemos?]. Washington, DC: Proteção Social - Washington, DC: Unidade de Proteção Social, Rede de Desenvolvimento Humano, Banco Mundial, 2003.

[http://wbln0018.worldbank.org/HDNet/HDDocs.nsf/2d5135ecbf351de6852566a90069b8b6/7e4656a5f03098e585256dc0004e57a6/\\$FILE/0317.pdf](http://wbln0018.worldbank.org/HDNet/HDDocs.nsf/2d5135ecbf351de6852566a90069b8b6/7e4656a5f03098e585256dc0004e57a6/$FILE/0317.pdf)

Congresso dos EUA. Comissão de Relações Internacionais da Câmara. Subcomissão de Terrorismo Internacional, Não-Proliferação de Armas e Direitos Humanos. *Trafficking in Persons: A Global Review* [Tráfico de Pessoas: Uma Análise Global]. 108ª Legislatura, 2ª sessão. Washington, DC: Escritório de Imprensa do Governo, 2004.

http://commdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa94512.000/hfa94512_of.htm

Departamento de Estado dos EUA. Escritório da Subsecretaria de Estado para Assuntos Globais. *Trafficking in Persons Report* [Relatório sobre Tráfico de Pessoas]. Washington, DC: Departamento de Estado, 2004.

<http://www.state.gov/g/tip/rls/tiprpt/2004>

Departamento do Trabalho dos EUA. Escritório para Assuntos Trabalhistas Internacionais. *The Department of Labor's 2003 Findings on the Worst Forms of Child Labor* [Resultados de 2003 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil Levantados pelo Departamento do Trabalho]. Washington, DC: Departamento do Trabalho, 2004.

<http://www.dol.gov/ILAB/media/reports/iclp/tda2003/overview.htm>

Edmonds, Eric e Nina Pavcnik. "Child Labor in the Global Economy" [Trabalho Infantil na Economia Global]. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 19, nº 1 (primeiro trimestre de 2005): 199-220. Organização Internacional do Trabalho. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. *Wounded Childhood: The Use of Children in Armed Conflict in Central Africa* [Infância Ferida: O Uso de Crianças em Conflitos Armados na África Central]. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2003.

<http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/childsoldiers/woundedchild.htm>

RECURSOS NA INTERNET

Fontes de informações on-line sobre trabalho infantil

GOVERNO DOS EUA

Departamento de Estado dos EUA
Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de
Pessoas
<http://www.state.gov/g/tip>

Departamento do Trabalho dos EUA (DOL)
Escritório para Assuntos Trabalhistas Internacionais (Ilab)
Programa Internacional contra o Trabalho Infantil
<http://www.dol.gov/ilab/programs/iclp/main.htm>

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Banco Mundial
Programa Global contra o Trabalho Infantil
<http://www1.worldbank.org/sp/childlabor/index.asp>

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
<http://www.unicef.org/protection/index.html>

Nações Unidas
Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho
Infantil (Ipec)
<http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/index.htm>

Unicef
Relatório *Situação Mundial da Infância 2005*
http://unicef.org/publications/index_24432.html

Unicef
Infância Ameaçada: Situação Mundial da Infância 2005
(vídeo)
http://www.unicef.org/sowc05/english/povertyfeat_romania.html

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Anistia Internacional
Crianças-Soldados
<http://web.amnesty.org/pages/childsoldiers-index-eng>
Coalizão contra o Trabalho Infantil
<http://www.stopchildlabor.org/>

Associação dos Fabricantes de Chocolate
Protocolo Internacional/Plano Global da Indústria do
Chocolate para Combater o Trabalho Infantil
<http://www.chocolateandcocoa.org/Labour/Child/Protocol/default.asp>

Coalizão para Deter o Uso de Crianças-Soldados
<http://www.child-soldiers.org/>

Coalizão Sul-Asiática contra a Servidão Infantil
<http://www.cridoc.net/saccs.php>

Federação Americana do Trabalho-Congresso de
Organizações Industriais (AFL-CIO)
Crianças na Economia Global
<http://www.aflcio.org/issuespolitics/globaleconomy/children.cfm>

Federação Internacional de Associações de Futebol (Fifa)
Programa Um Basta ao Trabalho Infantil
<http://www.fifa.com/en/fairplay/humanitariansection/0,1261,3,00.html>

Fundação Daywalka
<http://www.daywalka.org>

Human Rights Watch
<http://www.hrw.org/children/labor.htm>

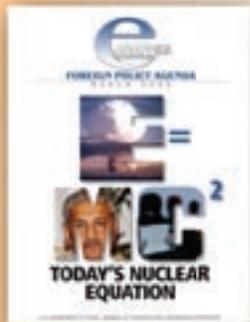
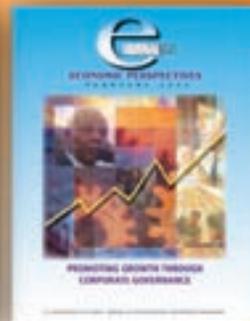
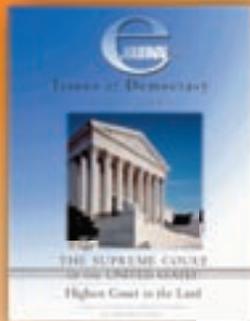
Infâncias Roubadas: Filme Documentário sobre Trabalho Infantil
<http://www.stolenchildhoods.org/mt/index.php>

Marcha Global contra o Trabalho Infantil
<http://globalmarch.org/index.php>

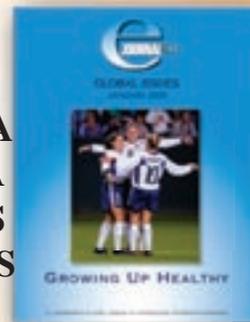
Pelo Fim da Prostituição e Pornografia Infantil e do Tráfico
de Crianças para Fins Sexuais (Ecpat)
<http://www.ecpat.net/eng/index.asp>

Trabalhadores Infantis na Ásia
<http://www.cwa.tnet.co.th/>

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados acima; todos estavam ativos em abril de 2005.



A
CADA MÊS É
PUBLICADA UMA
REVISTA NOVA
COM VERSÕES
EM DIFERENTES
IDIOMAS



VEJA A RELAÇÃO COMPLETA DOS TÍTULOS EM
<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
ESCRITÓRIO DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

<http://usinfo.state.gov/>

